



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL/SPPS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

BRASÍLIA/2012



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/SPPS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e da Portaria CGU nº 2.546/2010.

BRASÍLIA/2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
A - CONTEÚDO GERAL	11
1 - INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	11
2 – INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	12
A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
I - Competência Institucional	12
II – Objetivos Estratégicos	13
B) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	13
I - Análise do andamento do Plano Estratégico da Secretaria de Políticas de Previdência Social.....	13
II - Análise do plano de ação da unidade referente à 2011.	15
C) PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	37
I - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	37
II - Execução física das ações realizadas pela UJ.....	40
D) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	44
I - Programação Orçamentária das Despesas.....	44
II - Execução Orçamentária das Despesas	45
III - Indicadores Institucionais.....	48
3 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	60
4 - INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	60
5 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....	60
A) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	60
B) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	63
C) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	63
D) CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	63
E) LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA MEDIANTE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	63
F) INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	63
6 - INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	65
7 - DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº. 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.	67
8 - INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº. 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	67
9 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	69
10 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº. 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO N. 5.940/2006.	70
11 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	71

12 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	72
13 - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008	72
14 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL	73
15 - INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO	73
16 - INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.	79
B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	80
1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI Nº. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.	80
C - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS....	82
AValiação SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	82

LISTA DE TABELAS

TABELA I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	11
TABELA II - INICIATIVAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2011	14
TABELA III - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO – PAI – INICIATIVAS SPPS	15
TABELA IV - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	18
TABELA V - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO DA UJ	39
TABELA VI - EXECUÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA 1009 – (UO 33101 – MPS).....	39
TABELA VII - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	44
TABELA VIII - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	44
TABELA IX - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	45
TABELA X - DESPESAS DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	45
TABELA XI - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.	46
TABELA XII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	46
TABELA XIII - EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS (SCDP)	47
TABELA XIV – EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS (SIAFI)	47
TABELA XV - INDICADORES DE DESEMPENHO DE 2011 - COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E INVESTIMENTOS – CGACI/DRPSP	48
TABELA XVI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMATIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO LEGAL – CGNAL/DRPSP	49
TABELA XVII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - ESTUDOS E PESQUISAS NO ÂMBITO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PPA - DRGPS	49
TABELA XVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - EDIÇÃO MENSAL DO INFORME PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS	51
TABELA XIX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS.....	51
TABELA XX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - EDITAR BOLETINS ESTATÍSTICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAIS E REGIONAIS - DRGPS.....	52
TABELA XXI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - APURAR O VALOR MÉDIO DOS BENEFÍCIOS E MINUTAR PORTARIA MINISTERIAL PARA DIVULGAÇÃO DO VALOR APURADO - DRGPS	53
TABELA XXII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 – PREPARAR PORTARIA MINISTERIAL PARA DIVULGAÇÃO DOS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO - DRGPS	53
TABELA XXIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - APURAR E DIVULGAR NO SITIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL OS VALORES DE ARRECADAÇÃO E DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS NOS MUNICÍPIOS - DRGPS	54
TABELA XXIV - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - PROJETAR RECEITA E DESPESA DO ANO SEGUINTE E DE LONGO PRAZO - DRGPS	55
TABELA XXV - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 – ACOMPANHAR EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RGPS E ATUALIZAR PROJEÇÕES PARA FINS GERENCIAIS - DRGPS	55
TABELA XXVI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - DISPONIBILIZAR DADOS PARA INDICADORES DE ACIDENTES DO TRABALHO DA REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE – RIPSÁ - DRGPS.....	56
TABELA XXVII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL DE INTERESSE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS	57

TABELA XXVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO - ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ATO LEGISLATIVO/REGULAMENTAR (ANTEPROJETO DE LEI/MEDIDA PROVISÓRIA, MINUTAS DE DECRETOS E PORTARIAS)	57
TABELA XXIX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - ATENDIMENTOS A DEMANDAS INTERNAS DO MPS E SEUS ÓRGÃOS, BEM COMO DE SEGURADOS/CONTRIBUINTE - DRGPS.....	58
TABELA XXX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - ATENDIMENTO A DEMANDAS DE OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER PÚBLICO – DRGPS	58
TABELA XXXI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO NAS DEMANDAS ORIGINÁRIAS DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES E NOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO	59
TABELA XXXII - SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60
TABELA XXXIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011	60
TABELA XXXIV - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2011	61
TABELA XXXV - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2011.....	62
TABELA XXXVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA.....	62
TABELA XXXVII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	62
TABELA XXXVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	63
TABELA XXXIX – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	65
TABELA XL – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	66
TABELA XLI – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	66
TABELA XLII - ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO	69
TABELA XLIII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	70
TABELA XLIV - GESTÃO DA TI DA UJ.....	72
TABELA XLV - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	73
TABELA XLVI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	74
TABELA XLVII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	75
TABELA XLVIII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	76
TABELA XLIX - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	77
TABELA L - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	77
TABELA LI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	78
TABELA LII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	79
TABELA LIII - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	80
TABELA LIV – LOTE 1 – REGIÃO NORDESTE	83
TABELA LV – LOTE 2 - REGIÕES NORTE E CENTRO OESTE	83
TABELA LVI – LOTE 3 - REGIÕES SUL E SUDESTE.....	84
TABELA LVII – PRODUTOS E PERCENTUAIS DE PAGAMENTO - PARSEP II.....	85
TABELA LVIII - DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS E/OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS E/OU COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DO PROPREV, PREVMUN E PARSEP II.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA, DESPESA COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO RGPS DE 2007 A 2011 (EM R\$ BILHÕES DE DEZEMBRO DE 2011)	17
GRÁFICO II – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA, DESPESA E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO RGPS DE 2007 A 2011, COMO PROPORÇÃO DO PIB	17
GRÁFICO III - EXECUÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA 1009	40

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AAINT - Assessoria de Assuntos Internacionais
ABC – Agência Brasileira de Cooperação
AEAT – Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho
AMBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ASPAR - Assessoria de Assuntos Parlamentares
AVAPE – Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BSC – *Balanced Scored Card*
CADPREV – Cadastro de Regime Próprio de Previdência Social
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CGAAI – Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária e Investimentos
CGCEI – Coordenação-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais
CGEDA – Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária
CGEPR – Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários
CGLSG – Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais
CGLEN – Coordenação-Geral de Legislação e Normas
CGMBI – Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade
CGNAL – Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal
CGPST – Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU – Controladoria-Geral da União
CID-10 – Classificação Internacional de Doenças
CIST – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica
CND – Certidão Negativa de Débito
CNDI - Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNP – Comissão Nacional Portuária
CNPBz – Comissão Nacional Permanente do Benzeno
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPM – Comissão Nacional Permanente da Mineração
CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social
CNS – Conselho Nacional de Saúde
COEPI – Coordenação de Execução e Acompanhamento de Projetos Internacionais
COMPREV – Compensação Previdenciária
CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONATRAE – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
COPEs – Cobertura Previdenciária Estimada
CPA-10/ANBID – Certificação Profissional ANBID Série 10
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPNSEE – Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica NR 10
CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária
CTPP – Comissão Tripartite Paritária Permanente
CTSST – Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

DAS – Direção e Assessoramento Superior
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DN – Decisão Normativa
DPSSO – Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
DRGPS - Departamento do Regime Geral de Previdência Social
DRPSP – Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
FAP – Fator Acidentário de Prevenção
FCT – Função Comissionada Técnica
FG – Função Gratificada
FUB – Fundação Universidade de Brasília
FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IN – Instrução Normativa
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LC – Lei Complementar
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MF – Ministério da Fazenda
MPS – Ministério da Previdência Social
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NAF – Notificação de Auditoria Fiscal
NAST – Notificação de Agravado à Saúde do Trabalhador
NFPS – Necessidade de Financiamento do Regime Geral da Previdência Social
NIA – Notificação de Irregularidade Atuarial
NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
OI – Orientação Interna
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAI – Plano de Ação Integrado
PAP – Processos Administrativos Previdenciários
PARSEP II – Programa de Assistência Técnica para a Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIB – Produto Interno Bruto
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PORT. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário
PREVMUN – Projeto de Reforma da Previdência dos Municípios
PROPREV – Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social
RAT – Riscos Ambientais do Trabalho
RG – Relatório de Gestão
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social
SAT – Seguro de Acidente do Trabalho
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SE – Secretaria Executiva

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGT-10 – Subgrupo de Trabalho 10
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPREV – Sistema Integrado de Informações Previdenciárias
SOAD – Subsecretaria de Orçamento e Administração
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPPS – Secretaria de Políticas de Previdência Social
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
SST - Saúde e Segurança no Trabalho
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU – Tribunal de Contas da União
UCP – Unidade de Coordenação de Projetos
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UGR – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
UnB – Universidade de Brasília
UO – Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Esse é o Relatório de Gestão (RG) apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual (2011) a que a Unidade Jurisdicionada (UJ) Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS – está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

O RG da UJ SPPS está estruturado de acordo com os itens constantes do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, subdivididos em Parte A – Conteúdo Geral, Parte B – Informações Contábeis da Gestão e Parte C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, cujos itens aplicáveis ao tipo de UJ (Órgão Público da Administração Direta), são: 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 15 e 16 da parte A, o item 1 da parte B e o item 31 da parte C.

A SPPS não executou atividades relacionadas aos itens 3, 7, 11, 13 e 14 da Parte A e aos itens de 1 a 30 da Parte C. Há que se registrar que a UJ SPPS não constitui Unidade Orçamentária (UO) e, portanto, não executa orçamento.

Os demais itens foram informados com a colaboração dos Diretores, Coordenadores-Gerais e servidores lotados na SPPS, bem como de outras áreas demandadas no âmbito do MPS.

A - CONTEÚDO GERAL**INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO****1 - INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)**

TABELA I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Previdência Social			Código SIORG: 001930
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Políticas de Previdência Social			
Denominação abreviada: SPPS			
Código SIORG: 002210	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 330010
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público – Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social			Código CNAE: 8430-2/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2021-5236	(061) 2021-5342	(061) 2021-5195/5045
Endereço eletrônico:			
Página da Internet: http://www.previdencia.gov.br ou http://www.mps.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 7º andar, sala 723, CEP 70059-900, Brasília, DF.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 8.742, de 19 de janeiro de 1946.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, Decreto nº. 7.078, de 26 de janeiro de 2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
330010	Secretaria de Políticas de Previdência Social		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
330010		00001	

2 – INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

a) Responsabilidades institucionais da unidade

I - Competência Institucional

A Secretaria de Políticas da Previdência Social – SPPS, parte integrante da estrutura do Ministério da Previdência Social, tem por atribuições:

- assistir o Ministro de Estado na formulação, acompanhamento e coordenação das políticas de previdência social e na supervisão dos programas e atividades das entidades vinculadas;
 - assistir o Ministro de Estado na proposição de normas gerais para a organização e manutenção dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
 - elaborar e promover, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o aperfeiçoamento da legislação e a atualização e a revisão dos planos de custeio e de benefícios da previdência social;
 - orientar, acompanhar, normatizar e supervisionar as ações da previdência social na área de benefícios e, em coordenação com a Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, as ações de arrecadação;
 - exercer as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência Social;
 - realizar estudos e subsidiar a formulação de políticas, diretrizes e parâmetros gerais do sistema de previdência social;
 - acompanhar e avaliar as ações estratégicas da previdência social;
 - promover ações de desregulamentação voltadas para a racionalização e a simplificação do ordenamento normativo e institucional da previdência social;
 - orientar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações da previdência social, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social;
 - orientar, acompanhar e supervisionar os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
 - articular-se com entidades governamentais e organismos nacionais, com atuação no campo econômico-previdenciário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;
 - avaliar as propostas de alteração da legislação previdenciária e seus impactos sobre os regimes de previdência;
 - acompanhar a política externa do Governo Federal, no que se refere à previdência social;
 - promover o desenvolvimento harmônico e integrado dos regimes próprios de previdência e a permanente articulação entre o Ministério e os órgãos ou entidades gestoras desses regimes, fomentando o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais;
 - coordenar e promover a disseminação das políticas de previdência social no âmbito do Regime Geral, dos regimes próprios de previdência social e de saúde e segurança ocupacional;
- e,

- definir diretrizes relativas à ampliação da cobertura previdenciária mediante programas de educação previdenciária.

Compõem a SPPS os seguintes departamentos e coordenações-gerais:

- Departamento do Regime Geral de Previdência Social
 - Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária
 - Coordenação-Geral de Legislação e Normas
 - Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários
- Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
 - Coordenação-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais
 - Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos
 - Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal
- Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
 - Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional
 - Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade

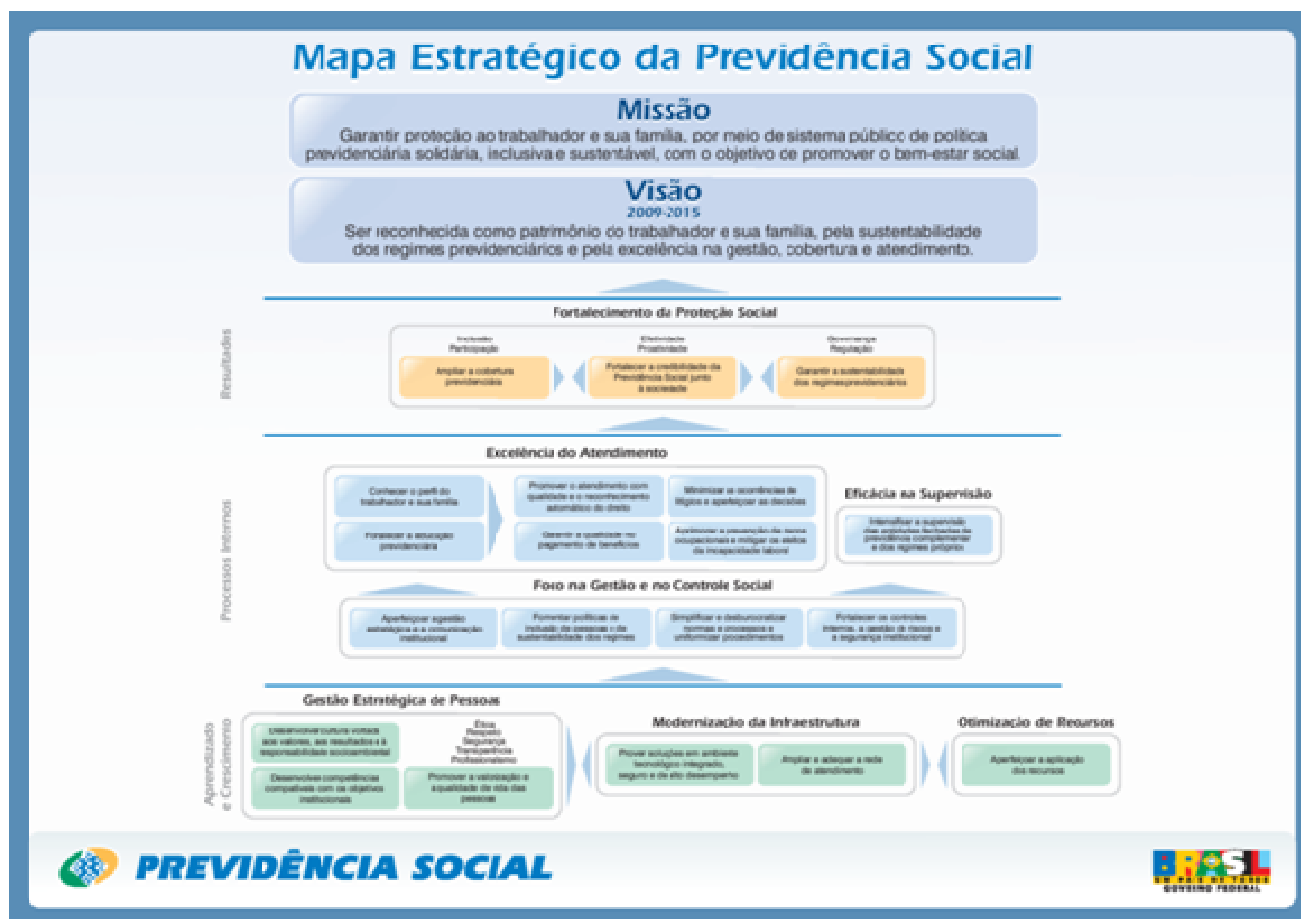
II – Objetivos Estratégicos

A SPPS elegeu como objetivos estratégicos no exercício de 2011:

- Fomentar políticas de inclusão de pessoas e de sustentabilidade dos regimes;
- Intensificar a supervisão dos regimes próprios;
- Conhecer o perfil do trabalhador e sua família;
- Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

I - Análise do andamento do Plano Estratégico da Secretaria de Políticas de Previdência Social.



Em continuidade ao “Plano Estratégico 2009-2015 – Transformando partes para formar o todo” lançado em 2009, a SPPS estruturou as iniciativas listadas adiante no Plano de Ação Integrado - PAI para execução em 2011, vinculados aos objetivos estratégicos da Previdência Social:

TABELA II - INICIATIVAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2011

Iniciativa Estratégica	Objetivo Estratégico
Supervisionar o Fortalecimento das Políticas do Regime Geral de Previdência Social	Fomentar políticas de inclusão de pessoas e de sustentabilidade dos regimes
Realizar auditorias indiretas	Intensificar a supervisão dos regimes próprios
Criar e unificar o cadastro dos servidores públicos brasileiros (CNIS/RPPS)	Conhecer o perfil do trabalhador e sua família
Aprimorar e Acompanhar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP)	Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral
Atualizar e Aperfeiçoar a Normatização Relacionada à Incapacidade Laboral	Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral

O modelo de planejamento adotado pela Previdência Social está alicerçado na gestão estratégica, considerando sempre os direcionadores do “Mapa Estratégico da Previdência Social”, a auto-avaliação, e leva em conta o modelo de excelência da Gestão-Pública, com a finalidade de aprimorar os processos da organização, propiciando que todos os seus integrantes participem da sua estruturação e execução proativamente, focando na satisfação do seu público de interesse.

A SPPS, como todo o MPS, procura, desde o lançamento do Plano Estratégico da Previdência Social direcionar esforços no sentido de difundi-lo a todos os servidores da Previdência Social, o que

resultará no direcionamento de esforços nos mesmos objetivos e direções, cujos resultados já começam a ser colhidos com a melhoria na cultura voltada para o planejamento na Unidade e são perceptíveis na avaliação de execução do Plano de Ação Integrado - PAI.

II - Análise do plano de ação da unidade referente à 2011.

Secretaria de Políticas de Previdência Social

As ações da SPPS/MPS buscam a construção de uma Previdência Social no país que garanta seguridade social aos trabalhadores(as) brasileiros(as) e suas famílias, visando garantir o aperfeiçoamento dos Regimes de Previdência, Geral e dos Servidores Públicos, que sejam tanto sustentáveis a médio e longo prazo do ponto de vista financeiro, como também ações visando à ampliação da proteção social no país.

Com a continuidade da estruturação e da implantação da cultura do planejamento no âmbito da SPPS, considerando os objetivos estratégicos previstos no “Mapa Estratégico da Previdência Social”, os resultados que surgem das iniciativas propostas se apresentam extremamente satisfatórios e apontam o percentual de avaliação anual correspondente a 109,97% (cento e nove, vírgula noventa e sete por cento) de execução das iniciativas propostas, segundo resultados apurados no Plano de Ação Integrado – PAI 2011, inseridos na tabela adiante, cujas avaliações constam de documento distribuído pela Coordenação-Geral de Planejamento Setorial do MPS.

TABELA III - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO – PAI – INICIATIVAS SPPS

AÇÃO ESTRATÉGICA	COMENTÁRIOS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
Direcionador Estratégico: Foco na gestão e no controle social		
Objetivo Estratégico - Fomentar políticas de inclusão de pessoas e de sustentabilidade dos regimes		
Supervisionar o Fortalecimento das Políticas do Regime Geral de Previdência Social	Verificou-se a necessidade de um sistema que permita acompanhar o desenvolvimento de suas atividades correntes diariamente. O grande volume de trabalho, a intensidade do fluxo e a imprevisibilidade das demandas causam dificuldade de medição do trabalho cotidiano. Em muitos casos o número de pessoas não é suficiente para a execução das demandas em tempo adequado, causando sobrecarga para que o trabalho seja entregue dentro do tempo estipulado. Os artigos, notas técnicas e estudos solicitados foram todos elaborados e entregues dentro do prazo. A elaboração, análise e divulgação do resultado do RGPS foram realizados conforme previsto.	106,29%
Direcionador Estratégico: Eficácia na Supervisão		
Objetivo Estratégico - Intensificar a supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios		
Realizar auditorias indiretas	A meta estabelecida foi cumprida, apesar da falta de pessoal para a execução das tarefas. A baixa execução financeira, em parte, é decorrente da limitação orçamentária estabelecida pelo Decreto nº 7446/2011, que determinou a redução de 25% no orçamento previsto para esta Ação 2276 baseado na execução realizada em 2010.	112,50%
Direcionador Estratégico: Excelência do Atendimento		
Objetivo Estratégico - Conhecer o perfil do trabalhador e sua família		

Criar e unificar o cadastro dos Servidores Públicos Brasileiros	Conclui-se que o SRPPS - Sistemas dos RPPS, composto dos bancos de dados Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social-SIPREV/Gestão; Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social-CNIS/RPPS e INFORME/CNIS/RPPS devem passar por ajustes de alinhamento. Para que o ajuste fosse viabilizado efetivou-se Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Planejamento o qual repassou recursos para este MPS a fim de se efetuar pagamento a DATAPREV. Ao final de 2012 a aplicação SRPPS estará em condições de atender seu objetivo: Melhorar a qualidade de dados dos servidores públicos brasileiros de forma a se efetivar avaliação atuarial consistente, conceder benefícios com agilidade e segurança e efetivar cruzamento para gerar informações de vínculos, remunerações, óbitos e benefícios nos 02 regimes previdenciários e em diversos RPPS.	91,94%
Objetivo Estratégico – Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral		
Aprimorar e Acompanhar o Fator de Acidentário e Prevenção	- Prosseguiu-se com o julgamento dos processos de contestação do FAP 2010, vigência 2011 (1ª instância), em paralelo às análises de contestações ao FAP 2009, vigência em 2010, em 2ª instância, além da continuidade do pleno processo de conclusão das interligações das funcionalidades do Sistema FAP; - O expressivo valor calculado do indicador para esta competência é explicado pela aceleração de conclusões dos julgamentos, pela entrada da análise eletrônica e pela quantidade de processos finalizados pelas autoridades competentes - 1ª e 2ª instância.	123,97%
Atualizar e aperfeiçoar a normatização relacionada à incapacidade laboral	- Elaboradas 02 notas técnicas; - 04 documentos foram enviados via impressa; - 03 respostas foram enviadas por e-mail; - 02 participações em reuniões de comissões e grupos de trabalho; - 02 outras reuniões e palestras; - 02 acompanhamentos de projetos de lei e alterações de decretos; - 01 acompanhamento e elaboração de termos e acordos de cooperação técnica; - 15 elaborações e divulgações de planilhas e gráficos sobre SST Conclusão: 31 (trinta e uma) atividades foram executadas/finalizadas.	115,18%
PERCENTUAL MÉDIO DE AVALIAÇÃO ANUAL:		109,97%

Fonte: Coordenação-Geral de Planejamento Setorial do MPS.

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS pode-se dizer que os resultados de 2011 foram extremamente positivos, com forte incremento da arrecadação em termos reais, em ritmo superior ao das despesas. A arrecadação líquida, em termos reais, cresceu 8,9% em 2011 em relação a 2010, saltando, a preços de dezembro de 2011 (INPC/IBGE) de 230,8 bilhões para R\$ 251,2 bilhões. A despesa, em termos reais, na mesma comparação, cresceu 3,6%, passando de R\$ 277,8 bilhões, em 2010, para R\$ 287,7 bilhões em 2011. Como resultado desse desempenho, a necessidade de financiamento do RGPS caiu de cerca de R\$ 47 bilhões, em 2010, para R\$ 36,5 bilhões em 2011. Portanto, a necessidade de financiamento, em valores reais, caiu 22,3% na comparação entre 2011 e 2010, sendo a menor desde o ano de 2002, que foi de R\$ 30,5 bilhões (a preços de dezembro de 2011, corrigidos pelo INPC). Nota-se, pelo gráfico 1, a tendência de queda na necessidade de financiamento que prevaleceu no período de 2008 a 2011, em função do crescimento econômico sustentado com geração de empregos formais.

Em valores nominais, o resultado do RGPS de 2011 apontou uma arrecadação líquida de R\$ 245,9 bilhões e uma despesa de R\$ 281,4 bilhões, gerando uma necessidade de financiamento de R\$ 35,5 bilhões.

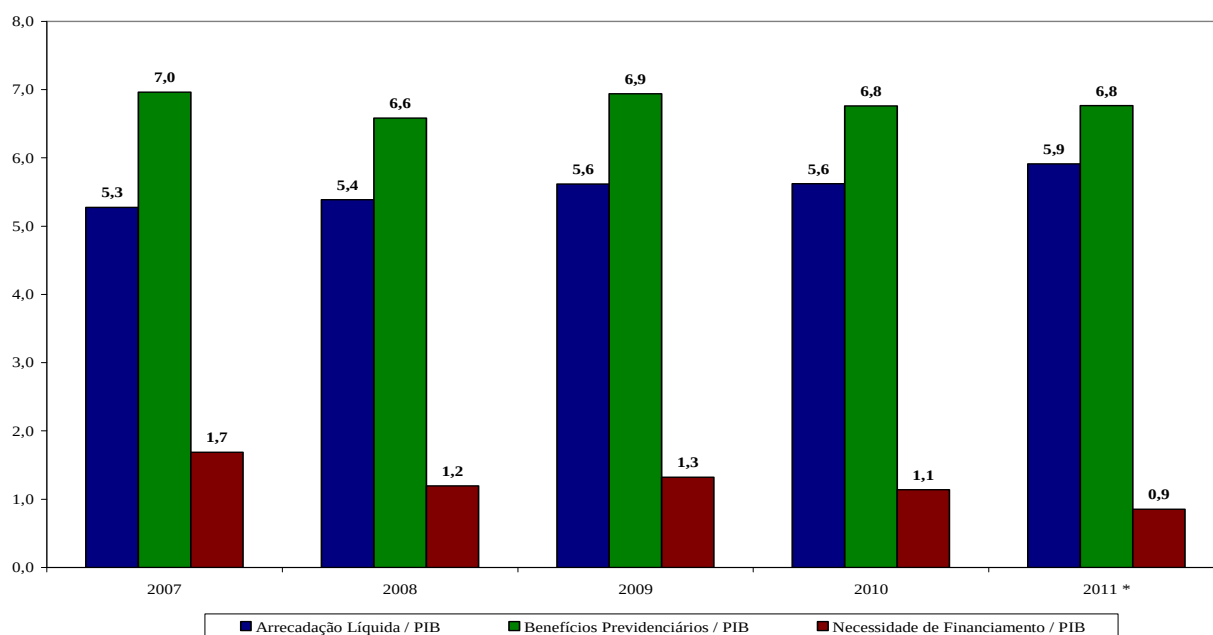
GRÁFICO I – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA, DESPESA COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO RGPS DE 2007 A 2011 (EM R\$ BILHÕES DE DEZEMBRO DE 2011)



Fonte: Secretaria de Políticas de Previdência Social/Ministério da Previdência Social – SPPS/MPS.

Já a necessidade de financiamento, como proporção do PIB, em 2011, foi estimada em 0,9% do PIB (ainda com estimativa do PIB para 2011), que é a menor necessidade desde o ano de 2000, quando ficou um patamar ligeiramente inferior ao estimado para 2011.

GRÁFICO II – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA, DESPESA E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO RGPS DE 2007 A 2011, COMO PROPORÇÃO DO PIB (2011 ESTIMATIVA)



Fonte: SPPS/MPS e IBGE.

* PIB projetado.

Em dezembro de 2011, a quantidade de benefícios emitidos para pagamento chegou a 29,0 milhões, aumento de 3,2% (+910,2 mil benefícios), quando comparado a dezembro de 2010. Os Benefícios Previdenciários apresentaram, nessa mesma comparação, os maiores aumentos, em termos absolutos, +743,0 mil benefícios (+3,1%), seguido dos Benefícios Assistenciais, que tiveram incremento de +160,0 mil benefícios (+4,3%), e os Benefícios Acidentários de +6,4 mil benefícios (+0,8%), conforme pode ser visto na Tabela a seguir:

TABELA IV – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

	dez/10 (A)	nov/11 (B)	dez/11 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)
TOTAL	28.141.263	29.001.096	29.051.423	0,2	3,2
PREVIDENCIÁRIOS + ACIDENTÁRIOS	24.426.882	25.139.549	25.176.323	0,1	3,1
PREVIDENCIÁRIOS	23.598.754	24.301.747	24.341.783	0,2	3,1
Aposentadorias	15.606.264	16.094.891	16.139.303	0,3	3,4
Idade	8.161.733	8.430.724	8.457.025	0,3	3,6
Invalidez	2.957.833	3.005.566	3.009.635	0,1	1,8
Tempo de Contribuição	4.486.698	4.658.601	4.672.643	0,3	4,1
Pensão por Morte	6.631.064	6.782.347	6.797.204	0,2	2,5
Auxílio-Doença	1.229.261	1.278.995	1.263.029	(1,2)	2,7
Salário-Maternidade	72.763	77.645	74.009	(4,7)	1,7
Outros	59.402	67.869	68.238	0,5	14,9
ACIDENTÁRIOS	828.128	837.802	834.540	(0,4)	0,8
Aposentadorias	166.339	173.303	173.759	0,3	4,5
Pensão por Morte	125.391	124.042	123.930	(0,1)	(1,2)
Auxílio-Doença	183.330	182.985	179.098	(2,1)	(2,3)
Auxílio-Acidente	281.058	288.118	288.673	0,2	2,7
Auxílio-Suplementar	72.010	69.354	69.080	(0,4)	(4,1)
ASSISTENCIAIS + EPU	3.714.381	3.861.547	3.875.100	0,4	4,3
ASSISTENCIAIS	3.703.505	3.850.141	3.863.503	0,3	4,3
Amparos Assistenciais - LOAS	3.401.541	3.579.766	3.595.337	0,4	5,7
Idoso	1.623.196	1.681.707	1.687.826	0,4	4,0
Portador de Deficiência	1.778.345	1.898.059	1.907.511	0,5	7,3
Pensões Mensais Vitalícias	14.284	13.637	13.608	(0,2)	(4,7)
Rendas Mensais Vitalícias	287.680	256.738	254.558	(0,8)	(11,5)
Idade	71.830	60.370	59.540	(1,4)	(17,1)
Invalidez	215.850	196.368	195.018	(0,7)	(9,7)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	10.876	11.406	11.597	1,7	6,6

Departamento do Regime Geral de Previdência Social

Na Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária - CGEDA foram produzidos e divulgados (disponíveis na página do MPS, na internet) os Boletins Estatísticos de Previdência Social, em português e inglês. Trata-se de publicação mensal da SPPS, elaborada pela própria CGEDA, que apresenta uma coletânea de dados sobre benefícios e arrecadação da Previdência Social, o fluxo de caixa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e, ainda, informações de indicadores econômicos e dados populacionais. Foram também publicadas edições do BEPS Regional, com dados previdenciários das regiões brasileiras e seus respectivos estados. Também foi lançado o Anuário Estatístico da Previdência Social, com vastas informações sobre benefícios, fluxo de caixa, cobertura previdenciária e outros, com dados até 2010 (também disponível na página do MPS na internet). Foi produzido, ainda, o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT 2010, com dados detalhados sobre acidentes do trabalho registrados e liquidados. Foram realizados cerca de 150 atendimentos relacionados ao fornecimento de dados para outras áreas da Previdência Social e usuários externos.

Na Coordenação-Geral de Legislação e Normas – CGLEN foram produzidos: análises de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional; análise de demandas do INSS, de segurados e de diversos órgãos; minutas de decretos, portarias, medidas provisórias e anteprojeto de leis, bem como a emissão de Notas Técnicas como forma de esclarecimento mais detalhado de temas que envolvem a Previdência Social. Foram expedidos cerca de: 377 pronunciamentos; 782 respostas a demandas recebidas via e-mail; 702 atendimentos a segurados e contribuintes; 463 participações em reuniões técnicas. Foram ministradas 05 palestras e houve 15 participações em congressos/conferências, fóruns, cursos de capacitação e seminários.

Também cabe destacar a realização de um trabalho intenso do ponto de vista de negociações, como suporte técnico à Assessoria de Assuntos Internacionais da Secretaria Executiva – AAIN/SE, com vistas à celebração de Acordos Internacionais de Previdência Social e os respectivos Ajustes Administrativos, com Espanha; Portugal e Moçambique. Além disso, foi dado suporte técnico à Assessoria de Assuntos Parlamentares – ASPAR/GM, quando solicitado por parlamentares esclarecimentos sobre a aplicação da legislação previdenciária como um todo ou em casos específicos de proposições legislativas afetas à área previdenciária.

Entre as ações e atividades da Secretaria de Políticas de Previdência Social, no âmbito do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, compete apontar a participação efetiva da CGLEN em reuniões multilaterais do SGT-10 (Subgrupo de Trabalho sobre relações de emprego, saúde e seguridade social); bem como a participação nos seguintes Grupos de Trabalho e Comissões: Grupo de Trabalho Interministerial da Pesca; Grupo de Trabalho Interministerial da Pessoa com Deficiência; Grupo de Trabalho Interministerial constitutivo do Comitê Executivo para a Agenda Nacional do Trabalho Decente, bem como no Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial no âmbito deste comitê; Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; Grupo de Trabalho Interministerial que objetiva acompanhar, discutir, analisar e avaliar as propostas do "Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social", coordenado por representante do MPS; Grupo de Trabalho que trata do Reajustamento dos benefícios previdenciários; Grupo de Trabalho Interministerial do novo CNIS; Grupo de Trabalho Interministerial do Segurado Especial e o Grupo de Trabalho dos Aposentados.

Além disso, a CGLEN participou da elaboração de medidas regulamentadoras das rotinas e procedimentos do COMPREV (Compensação Previdenciária); e de propostas legislativas de interesse do poder executivo na área previdenciária com vistas ao aprimoramento da legislação para coibir fragilidades legislativas que permitem fraude.

A CGLEN também atuou como órgão revisor das seguintes cartilhas e folders: Cartilha do Programa de Educação Previdenciária; da Cartilha do Atleta Profissional; folders do Índio e da Índia perante a Previdência Social; dos Quilombolas perante a Previdência Social e dos Benefícios da Previdência Social.

No ano de 2011, a Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários - CGEPR sistematizou as informações necessárias para a divulgação mensal do resultado do RGPS e publicou os resultados do RGPS nos Informes da Previdência Social, disponíveis no site do MPS. Produziu ainda notas técnicas sobre assuntos variados sob demanda externa e interna ao MPS. Um desses trabalhos foi apresentado no XII Encontro da Associação Brasileira dos Estudos de Trabalho, realizado entre 21 e 23 de setembro de 2011, na cidade de João Pessoa-PB, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Tendo por tema central o assunto “Cenários da crise e a organização do trabalho: permanências, mudanças e perspectivas”, o evento objetivou o aprofundamento da discussão sobre a crise econômica desencadeada em 2008 e seus desdobramentos sobre a organização do trabalho tanto no panorama internacional quanto no nacional.

A CGEPR prosseguiu, em 2011, com a parceria do DIEESE no projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, mesmo projeto anteriormente citado dentre as atividades da CGLen. Esse projeto teve início ainda no ano de 2009 e deverá se estender durante o ano de 2012, e visa, por meio de projetos pilotos de diferentes setores de atividade econômica, entender os motivos da informalidade nesses setores para, em seguida, propor medidas que viabilizem a formalização dos trabalhadores.

Em março de 2011, foram concluídos os trabalhos com a empresa Solar Consultoria Ltda. O estudo relatou questões acerca dos indígenas, nas regiões Norte e Nordeste, e sua relação com a Previdência Social para, em seguida, servir de subsídio a alterações na forma de tratamento desses segurados. O MPS reconhece as dificuldades enfrentadas pelos indígenas quanto a seu acesso aos benefícios previdenciários e buscou, com o estudo, compreender melhor os gargalos desse processo. Com início em agosto de 2010, o estudo foi finalizado em março de 2011.

Além disso, a CGEPR publicou mais um livro da Coleção da Previdência Social, V. 33, “Prática atuarial na Previdência Social”, uma tradução da publicação “*Actuarial practice in social security*”, fruto de uma parceria entre a Organização Internacional do Trabalho - OIT e a Associação Internacional de Seguridade Social - AISS.

Em novembro de 2010, foram recebidas pela CGEPR as versões finais dos Relatórios Finais das pesquisas “A Expansão do Emprego Formal sob a Ótica das Empresas”, “Aprofundamento do Diagnóstico do Simples”, “Uma análise da contribuição dos trabalhadores por conta-própria para a previdência social entre 1992 e 2007”, e “Impacto do Plano Simplificado de Previdência sobre as Contribuições à Previdência”, conforme previsto nos Subprojetos 1, 2, 4 e 5 do Termo de Referência Previdência e Mercado Formal de Trabalho, no âmbito do Termo de Cooperação Técnica entre o MPS e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Os demais produtos esperados no âmbito desse termo de cooperação (“Determinantes da Evolução do Emprego Formal”, “Ouvidoria-Geral da Previdência Social” e “Interrelações entre a previdência e as questões regionais”) estão ainda em fase de elaboração devido a dificuldades na execução por parte do IPEA. O termo de cooperação, que tinha prazo de encerramento em setembro de 2010, foi prorrogado, dentro da previsão legal, para mais 24 meses, devendo ter sua finalização até setembro de 2012. No período de 2011 não houve destaque orçamentário no âmbito do TCT.

Além dessas atividades, a CGEPR participou, ao longo do ano de 2011, de diversos grupos de trabalho: Grupo de Apoio Técnico ao CODEFAT; Comitê técnico-executivo do projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”; Comitês do Programa Brasil Maior; Grupo de Trabalho dos Aposentados e Pensionistas.

Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público

Em relação à ação 2274 - Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência, inserido no Programa 1009 – Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, em 2011 foi concluído o Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência – PARSEP II, com:

a) a efetivação de 325.884 (trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro) recadastramentos de servidores ativos, inativos e de pensionistas, de um total previsto ajustado, de acordo com as bases iniciais fornecidas pelos diversos poderes, de 344.883 (trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três), alcançando o percentual de execução de 94,49% (noventa e quatro vírgula quarenta e nove por cento), atingindo o montante de R\$ 16.893.086,74 (dezesseis

milhões, oitocentos e noventa e três mil, oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos) pagos às empresas contratadas pela execução dos serviços;

b) o pagamento relativo à disponibilização de infraestrutura física, lógica, de recursos humanos e alimentícia para a realização de 03 (três) reuniões do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, totalizando 07 (sete) reuniões, que importou no pagamento global de R\$ 171.711,81 (cento e setenta e um mil, setecentos e onze reais e oitenta e um centavos).

c) economia anual de R\$ 47.136.737,57 (quarenta e sete milhões, cento e trinta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos) gerada, em função da suspensão de pagamentos de salários, aposentadorias e pensões indevidas relativamente aos Estados do Rio Grande do Sul e Paraíba e do Distrito Federal, conforme detalhado adiante:

c.1) Distrito Federal: R\$ 2.111.748,58 mensal e R\$ 27.452.731,54 anual;

c.2) Rio Grande do Sul: R\$ 214.154,31 mensal e R\$ 2.784.006,03 anual;

c.3) Paraíba: R\$ 1.300.000,00 mensal e R\$ 16.900.000,00 anual, resultado ainda parcial;

c.4) Os resultados das economias geradas em relação aos outros poderes estaduais em 2011, não foram apresentados à época oportuna, serão divulgados no relatório de 2012.

O PROPREV - Segunda Fase, em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e objeto de 02 (duas) missões, sendo uma em 2010 e outra em 2011, do mencionado organismo financeiro junto ao MPS, será estruturado em 02 (dois) grandes Componentes:

I – Fortalecimento da gestão dos regimes próprios, atendendo 50 (cinquenta) municípios não abrangidos por programas anteriores conduzidos pelo MPS, contemplando o cadastramento de aproximadamente 560.000 (quinhentos e sessenta mil) servidores ativos, inativos e de pensionistas, doação de 500 (quinhentos) equipamentos de informática (microcomputadores, servidores de rede e scanners), destinados a viabilizar a modernização da estrutura tecnológica e para implantação de sistema de gestão SIPREV, fornecido gratuitamente pelo MPS, capacitações de servidores e de dirigentes vinculados aos órgãos gestores de regimes próprios de previdência; e,

II – Produção, internalização e difusão do conhecimento para a Secretaria de Políticas de Previdência Social com forte ênfase na contratação de empresas e pessoas físicas para a realização de pesquisas e estudos de temas variados de interesse da Previdência Social Brasileira, como: a) Saúde e Segurança do Trabalhador; b) Demografia; c) Perfil de Entrada e de Saída de Segurados dos RPPS; d) Coordenação entre o RGPS e os RPPS; e) Compensação Previdenciária entre os RPPS; f) Envelhecimento e Dependência de Beneficiários dos RPPS; g) Publicações de Livros da Coleção “Previdência Social”; e, h) capacitações de auditores fiscais dos tribunais de contas estaduais, municipais e da União em matéria previdenciária.

Em dezembro de 2011 foi celebrado Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social – MPS e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, destinado à realização de estudos e pesquisas destinados a fomentar a implementação de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS em municípios sediados no Estado do Rio Grande do Norte, que será executado mediante destaque orçamentário e deverá ocorrer de dezembro/2011 a dezembro/2013, atingindo o montante total de R\$ 850.554,00 (oitocentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), sendo repassado à UFRN em 2011 a importância de R\$ 370.925,00 (trezentos e setenta mil,

novecentos e vinte e cinco reais), ficando o saldo restante de R\$ 479.629,00 (quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais) para execução em 2012/13.

Com a finalidade de fomentar a instalação de novos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS a SPPS organizou 03 (três) encontros com a participação de inúmeras autoridades municipais nas cidades de Bauru/SP, Natal/RN e Curitiba/PR, onde foram apresentadas as vantagens dos RPPS para os municípios, servidores públicos e para a sociedade de modo geral.

Na Ação 2276 de Auditoria dos Regimes Próprios dos Servidores Públicos, no âmbito da Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI, foi elaborado em 2011 o planejamento para a realização das auditorias buscando verificar o cumprimento dos requisitos normativos referentes à organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

O planejamento de auditorias foi efetuado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Orientação Interna nº 04/SPPS, que instituiu o Indicador de Planejamento de Auditoria – IPA, com a finalidade de subsidiar a seleção dos RPPS a serem auditados prioritariamente e operacionalizado no SIPAD – Sistema Integrado de Planejamento de Auditoria Direta, que registra os procedimentos de análise, auditoria prévia e seleção dos RPPS. Destaca-se o desenvolvimento interno do Aplicativo de Programação NET para elaboração do cronograma de atividades a serem desenvolvidas pelos auditores-fiscais externos e de verificação de sua compatibilidade ao planejamento.

Os procedimentos de auditoria direta atenderam ao previsto no Manual de Auditoria aprovado pela OI/SPPS/MPS nº 03, de 09 de fevereiro de 2010. O referido Manual teve seus anexos atualizados durante o exercício de 2011, sendo que, ao final do exercício, iniciou-se o desenvolvimento de Orientações Técnicas, de caráter vinculante, com a finalidade de uniformizar procedimentos em face de diversidade de entendimentos acerca da aplicação das normas gerais os atos normativos exarados pelo MPS aos casos concretos de auditorias diretas e indiretas.

Em números absolutos, as ações de auditorias diretas realizadas com o intuito de identificar possíveis impropriedades na gestão dos RPPS sofreram redução em comparação com o exercício anterior, especialmente, em função da redução de 25% no orçamento previsto para esta ação, determinada pelo Decreto nº 7.446/2011, no entanto, os resultados alcançados demonstram o cumprimento da competência legal atribuída ao Ministério da Previdência Social – MPS pelo art. 9º da Lei nº 9.717/98, inclusive quanto à meta proposta.

Assim, em que pese o reduzido contingente de servidores, inclusive de auditores-fiscais externos, foram realizadas 308 ações de auditoria direta nos RPPS dos entes federativos - Estados e Municípios, formalizando, por conseguinte, a emissão de 321 Notificações de Auditoria-Fiscal - NAF e 144 Representações Administrativas a Tribunais de Contas Estaduais, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria-Geral da União, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Além disso, foram recepcionadas, analisadas e instruídas 222 denúncias que noticiavam o descumprimento das normas gerais aplicáveis aos RPPS.

Em 2011, além das auditorias diretas realizadas, 977 entes federativos foram auditados indiretamente, especificamente, para verificação do atendimento do critério Equilíbrio Financeiro e Atuarial, princípio insculpido no art. 40, caput, da Constituição Federal, e necessário para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, representando cerca de 50 % do total de entes com RPPS.

Como desdobramento das auditorias específicas, 459 entes federados foram considerados em conformidade e 518 em desconformidade, resultando na emissão de 518 Notificações de Irregularidade

Atuarial – NIA. Em decorrência das impugnações e justificativas apresentadas, os Auditores-Fiscais emitiram 753 Despachos de Atuária, comunicando ao ente federativo o resultado da análise efetuada pelo MPS. Com vistas a dimensionar melhor os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do critério Equilíbrio Financeiro e Atuarial foi dada continuidade ao aperfeiçoamento do sistema Aplicativo de Atuária, desenvolvido internamente, possibilitando um acompanhamento efetivo dos entes federativos que instituíram RPPS.

No tocante ao controle da tramitação do Processo Administrativo Previdenciário – PAP, ainda decorrente da ação de auditoria, em 2011, foram instaurados 266 processos e produzidas informações com o objetivo de atender requisições da Polícia Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário nas esferas Federal e Estadual, além da emissão de 166 Decisões de Notificação, 169 Despachos Decisórios, 75 Decisões de Recurso, 506 Despachos e 101 informações judiciais requisitadas decorrentes de contencioso estabelecido pelos processos instaurados, incluindo ações iniciadas em exercícios anteriores.

Como ferramenta de suporte à análise dos termos de parcelamento, quer em auditoria direta ou no PAP, foi desenvolvido pela CGACI o Sistema de Cálculo de Parcelamento – SIPAR, disponibilizado no Portal da Previdência Social a todos os entes federativos, ferramenta que contou com a homologação corporativa de Tecnologia da Informação. Por seu turno, continuou-se aprimorando os outros aplicativos internamente desenvolvidos para o planejamento e controle das ações de auditoria direta e dos auditores, o cadastramento e controle da tramitação do Processo Administrativo Previdenciário – PAP, bem como, das Notificações de Irregularidades de Atuária – NIA.

Com relação ao recebimento e análise periódica de informações contábeis, atividade também incluída na Ação 2276, foram realizadas, além das verificações em auditoria direta, 2.700 análises dos Demonstrativos Contábeis relativos ao primeiro semestre de 2011, encaminhados à CGACI pelos entes federativos, que resultaram após as orientações dadas e a comprovação da adequação dos registros aos atos normativos em 1.286 regularizações no critério “*Demonstrativos Contábeis*”. São recepcionados e analisados pela CGACI o Balanço Financeiro, o Balanço Orçamentário, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais dos RPPS, para verificação da utilização do Plano de Contas e dos Procedimentos Contábeis aplicados aos RPPS, previstos na Portaria MPS nº 916/2003, com as alterações da Portaria MPS nº 95/2007. Além das formalidades legais, é verificada a consistência do registro da Provisão Matemática Previdenciária. Essa atividade também gerou, em média, 23 atendimentos diários para fins de orientação (pessoalmente, por e-mail ou telefone).

Dentro desse escopo, foram realizados estudos visando o aperfeiçoamento do Plano de Contas aplicado aos RPPS para melhoramento da mensuração das obrigações previdenciárias e a participação em Grupos de Trabalho juntamente com outros órgãos da estrutura do Governo Federal e Estaduais, Tribunais de Contas e outros, objetivando a adequação e modernização da Contabilidade Pública Nacional. Foram também disponibilizadas no Portal da Previdência Social as orientações e normas de contabilidade dos RPPS, inclusive da atualização dos Anexos I a IV da Portaria MPS nº 95/2007 e do compêndio “*Perguntas e Respostas*”.

A análise dos investimentos dos recursos previdenciários, incluída na Ação 2276, foi aperfeiçoada no exercício de 2011 a partir das informações prestadas no Demonstrativo da Política de Investimentos-DPIN e no Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR, gerados nos novos sistemas CADPREV-Ente Local e CADPREV-Web, em substituição à formatação dos demonstrativos anteriores, o que possibilitou um salto qualitativo no controle e acompanhamento dos cerca de R\$ 60 bilhões em recursos financeiros aplicados nos termos da Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e aproximadamente R\$ 50 bilhões representados por outros ativos.

Assim, a supervisão, mediante auditoria indireta, da evolução dos investimentos dos RPPS e de sua conformidade à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922/2010, envolveu a emissão de 814 notificações de desconformidade no preenchimento do DAIR, 82 pareceres de adequação à referida resolução e, a análise de 5.779 DPIN (entre irregulares e regulares). A análise do DPIN alcançou também a situação dos entes que obrigatoriamente devem comprovar a certificação do responsável pela gestão de recursos do RPPS. Por seu turno, estas atividades geraram cerca de 50 atendimentos diários (por e-mail, telefone e pessoalmente), para esclarecimentos e orientações.

Em 2011, foi editada a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, que dispôs sobre normas a serem cumpridas pelos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS, para assegurar o cumprimento daquelas previstas na Resolução do CMN.

Por seu turno, foi dada continuidade ao trabalho de análise e consolidação das informações prestadas pelo BACEN que noticiavam desencaixes em negociações diretas com títulos públicos e, a instituição de monitoramento, planejamento e de procedimentos a serem aplicados em auditorias diretas específicas em RPPS com posições em fundos de investimento de crédito privado, programadas para o início do exercício de 2012.

Como ficou evidenciado pelos números acima, a despeito do deficitário quadro de Auditores Fiscais e demais servidores em geral, destaca-se o desempenho da equipe na consecução do propósito institucional do Ministério da Previdência Social – MPS, mormente quanto ao atendimento das metas estabelecidas.

Não menos importante que as ações de auditoria direta e indireta foram às participações ministrando cursos e palestras em seminários, congressos, e outros eventos, realizados por diversas entidades representativas dos RPPS, representando assim a difusão do conhecimento e capacitação dos gestores de previdência.

Buscando o aperfeiçoamento técnico dos servidores em geral e mais especificamente dos atuantes na auditoria dos RPPS, foi oferecido treinamento específico de investimentos, por meios internos, com ênfase em mercado de capitais, para todo o contingente de Auditores Fiscais, relacionados à atuação nas auditorias diretas e indiretas dos RPPS. Além disso, um auditor participou de curso no exterior, na área de atuação, objetivando melhor capacitação.

Em relação à realização das auditorias diretas, além do reduzido e insuficiente quadro de Auditores-Fiscais e demais servidores existente, é de bom alvitre registrar as principais dificuldades operacionais que representam fatores críticos de sucesso vivenciados constantemente pelos servidores:

- Precariedade das rodovias quer federais, estaduais ou municipais ocasionando despesas e insegurança aos servidores, considerando o transporte de bens públicos – notebooks, cuja responsabilidade recai nos ombros dos auditores;
- Dificuldades de meios de hospedagem na sede dos municípios programados para a realização das auditorias obrigando os auditores a pernoitarem em municípios adjacentes, por sua conta e risco;
- A maioria dos municípios não oferece condições técnicas para acesso à rede intranet do Ministério da Previdência Social e à rede mundial de computadores;
- Os entes geralmente não disponibilizam aos auditores locais e meios adequados para o desenvolvimento dos trabalhos gerando, por certo, atrasos imprevistos na conclusão das auditorias;

- Incomunicabilidade dos servidores, nas regiões mais distantes das capitais, em razão da precariedade dos serviços públicos, mormente os oferecidos pelas operadoras de telefonia celular, quando o acesso existe.

Entre outras atividades inerentes, por meio de auditoria indireta, são realizados periodicamente batimentos entre as informações constantes dos diversos demonstrativos enviados ao Ministério da Previdência Social pelos RPPS na busca da consistência das informações, o que demanda o encaminhamento de centenas de notificações solicitando esclarecimentos, configurando assim grande demanda de trabalho de análise e controle.

As abrangências e dimensões dos RPPS demandam do Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, a atuação efetiva como órgão regulador e supervisor, pois esses tendem a ser um instrumento importante para a melhoria das contas públicas no Brasil, dado o seu potencial de geração de poupança interna, mediante a expansão dos ativos administrados pelos regimes próprios, o que permitirá, em médio e longo prazos, aos entes públicos atenderem a contento as demandas previdenciárias dos servidores públicos brasileiros, cumprindo assim, o que orienta a Carta Magna.

Os dados a seguir dispostos evidenciam a importância dos RPPS para o desenvolvimento econômico e social do país:

- Mais de 1.950 Regimes Próprios de Previdência Social estaduais (todos os 26 Estados) e municipais (maiores municípios, principalmente), além da União e Distrito Federal;
- Mais de R\$ 60 bilhões em reservas financeiras aplicadas no mercado financeiro, além de outros ativos que juntamente com os recursos financeiros ultrapassam os R\$ 110 bilhões, portanto, poupança interna do País, com estupendo potencial de crescimento e aplicação na economia real;
- Cerca de 10 milhões de servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados.

Destaca-se novamente o grande volume de análises das legislações encaminhadas ao MPS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, que no ano de 2011 montou em 3.658 análises. Essas legislações tratam, principalmente, de criação e ou reestruturação de regimes próprios de previdência, definição de regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios e fixação de alíquotas de contribuição. Esse trabalho é de suma importância para verificação do atendimento dos princípios constitucionais previstos no artigo 40 da Constituição Federal e legislação infraconstitucional, pelos RPPS, sendo o seu resultado responsável pela certificação de regularidade previdenciária de cada regime.

Do resultado dessa análise, em atendimento ao prescrito no artigo 9º da Lei 9.717/99, que confere ao Ministério da Previdência Social a atribuição de orientar, acompanhar e supervisionar os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios foram encaminhadas aos entes públicos 42 notificações de irregularidade relacionadas com o conteúdo das legislações e 812 mensagens de irregularidades relacionadas com a forma de envio, sempre acompanhadas de orientação sobre os procedimentos a serem adotados para adequação.

Para supervisionar o cumprimento do caráter contributivo, as ações foram direcionadas para o acompanhamento do repasse ao RPPS das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados. O acompanhamento do efetivo repasse de tais contribuições é feito por meio da análise do

documento denominado comprovante de repasse e recolhimento e dos termos de Acordo de Parcelamento de Débitos firmados.

No ano de 2011 foram analisados mais de 11.000 comprovantes de repasse e recolhimento, além de 721 Termos de Acordo de Parcelamento de Débitos celebrados entre o ente federativo e a unidade gestora do RPPS. Do resultado das análises foram emitidas 1.928 notificações de irregularidade. É imperativo destacar que este acompanhamento possibilitou que os regimes próprios dos estados e municípios fomentassem sua poupança com aplicação no mercado financeiro facilitando o atendimento de outro importante princípio estabelecido na carta magna que é o equilíbrio financeiro e atuarial.

Durante a análise dos comprovantes de repasse e termos de parcelamento foram detectados indícios de irregularidades que geraram o encaminhamento de 12 representações administrativas ao Ministério Público, visando a apuração, em tese, de crimes, principalmente de falsidade ideológica. As irregularidades detectadas permitiram a diversos entes da federação a emissão indevida do CRP, prejudicando sobremaneira as finanças dos RPPS.

Em 2011 continuou a crescer o número de ações judiciais impetradas pelos entes da federação que se encontravam em situação irregular perante o MPS, com intuito de garantir a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, o que gerou a elaboração de 136 informações contendo subsídios de fato e de direito mostrando ao judiciário as razões da não emissão do referido certificado, garantindo, desta forma, o fiel cumprimento dos preceitos estipulados pela Lei 9.717/98.

Para cumprimento da atribuição de acompanhar e orientar os RPPS, durante o ano de 2011 foram respondidas 227 consultas de caráter amplo, formuladas pelos diversos poderes de todos os entes da federação ou por cidadãos. Destas, 35 foram respondidas em forma de parecer.

Também em cumprimento à mesma atribuição, foram prestadas informações a diversos órgãos externos, sendo 03 informações a Polícia Federal, 05 informações ao Ministério Público, 15 pareceres em Projetos de Lei e em Projetos de Emenda Constitucional enviados pelo Congresso Nacional.

Destaca-se também a participação de servidores como palestrantes e debatedores em diversos eventos relativos à Previdência do Servidor Público, tais como seminários, congressos e reuniões técnicas com dirigentes dos diversos RPPS, servidores e membros do governo.

Em 2011 foram confeccionados 133 Termos de Acordo de Cooperação Técnica e 389 mensagens eletrônicas para permitir os ajustes necessários. Destaca-se que estes termos possibilitam aos entes a utilização do sistema COMPREV que traz como consequência o recebimento de recursos oriundos da compensação previdenciária prevista no § 9º do art. 201 da CF.

Cumprindo a atribuição de normatizar e no contexto das atribuições do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP e consequentemente da Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS, foram elaborados os seguintes documentos:

- Minuta de PL que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, revogando a Lei 9.717/98 e exposição de motivos;
- Minuta de PL que propõe reestruturar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores da União, a criação da Secretaria de Gestão da Previdência dos Servidores da União e exposição de motivos, em conjunto com unidades do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;

- Minuta de PL que propõe a criação de autarquia com o objetivo de administrar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores da União e exposição de motivos;
- Minuta PL Aposentadoria Servidor portador de deficiência;
- Análise dos PL substitutivos dos PLP nº 554 e 555;
- Minuta de substitutivo da PEC 270-A;
- Minuta da PEC 555;
- Minuta da PEC sobre CRP;
- Minuta de PEC sobre Pensão Por morte para os segurados dos RPPS.

Para que se tenha uma política de previdência social eficiente trazendo melhor retorno das informações dos entes ao Ministério da Previdência, além de auxiliar os entes federativos em seus processos de gestão e vislumbrando o cumprimento do art. 3º da lei 10.887 de 2004, o Departamento oferece em parceria com a Empresa de Tecnologia da Previdência Social, a DATAPREV, o SRPPS, sistemas de Regimes Públicos de Previdência Social, cuja estrutura é composta das ferramentas Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social - SIPREV/gestão, ferramenta capaz de integrar todas as informações de cadastro dos servidores públicos, Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/RPPS Banco de dados Nacional e INFORME/CNIS/RPPS gerenciador de relatórios.

O sistema é parametrizado com o propósito de atender, também, o que determina o art. 40 da Constituição Federal quanto à observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial; de dispor de informações cadastrais, funcionais, previdenciárias e financeiras de todos os servidores filiados a regimes próprios de previdência; garantir avaliações atuariais fundamentado em base cadastral atualizada, ampla e consistente e viabilizar a realização de censo previdenciário dos servidores, aposentados e pensionistas.

O SIPREV/Gestão é idealizado principalmente para permitir aos entes federativos que possuem RPPS atender, como já dito, ao dispositivo contido no artigo 3º da Lei 10.887/2004 que prevê a criação de banco de dados dos servidores públicos brasileiros.

O banco de dados de nível nacional, Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS/RPPS deverá armazenar todas as informações dos servidores públicos dos Estados, Municípios, do Distrito Federal e da União. Com esse sistema será possível fazer diversos cruzamentos para geração de informações relativas a óbitos, benefícios, vínculos empregatícios, teto remuneratório, dentre outras informações cadastrais constantes nos bancos de dados.

A primeira versão do CNIS/RPPS foi disponibilizada para homologação pelos servidores do DRPSP no segundo semestre de 2011, sendo previsto a sua disponibilização em ambiente de produção em meados de 2012, juntamente com o Decreto que introduzirá a obrigatoriedade do envio de dados dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas pelos entes federativos para alimentar o CNIS/RPPS.

Os relatórios gerenciais com as informações dos dados de cada ente federativo e os resultantes de cruzamentos serão disponibilizados via CNIS/RPPS, por intermédio da ferramenta de Consulta INFORME/CNIS/RPPS. Essa ação trará como retorno ao ente federativo a possibilidade de aferir informações de servidores que porventura apresentem alguma irregularidade funcional, tais como

servidores que se encontram com benefício ativo de invalidez no ente de RPPS, por exemplo, e possuem vínculo ativo no RGPS (INSS), além de proporcionar redução de despesas decorrentes de ações individuais para obtenção de dados e cruzamentos. Permitirá também o acesso a informações para viabilizar a compensação previdenciária entre os entes federados, dentre outras informações essenciais para a gestão de um regime de previdência.

Durante o ano de 2011, a Coordenação de Estudos Técnicos Estatísticas e Informações Gerenciais, unidade do DRPSP, participou de diversos eventos, palestras, divulgando informações sobre o SIPREV/Gestão e CNIS/RPPS.

Aliada ao processo de divulgação em que foram mostrados aos gestores a importância e relevância da utilização, os benefícios e os meios de obtê-lo, foram aprimoradas as estratégias educacionais para aprendizagem do sistema, buscando alternativas por meio da educação a distância, modalidade de aprendizagem capaz de atingir simultaneamente grande quantidade de aprendizes, tornando possível levar o SIPREV/Gestão a todos os RPPS de forma linear e disponível para acesso 24 horas por dia.

Foram realizados durante o ano de 2011 um total de 20 treinamentos presenciais diretamente nas Unidades Federativas ou laboratório localizado nas dependências da Coordenação, em Brasília. Essa ação proporcionou o atendimento a mais de 280 entes federativos e mais de 700 pessoas treinadas entre servidores, consultores e técnicos.

Tendo em vista os interesses efetivados pelos entes federativos em implantar o sistema para melhoria da qualidade das informações de seu banco de dados e melhoria dos controles e gestão de seus ativos financeiros e segurados, foram firmados com o Ministério da Previdência Social 311 planos de trabalho que se encontram em operacionalização.

Por força da necessidade imperiosa da realização de recadastramento periódico, exigido pelos normativos vigentes, firmou-se a partir de outubro de 2011 agendas de trabalho com os entes federativos para implementação do SIPREV/Gestão com vistas à realização do censo previdenciário. Nesse sentido foram realizadas 13 agendas já devidamente assinadas pelos representantes legais de Governos do Estado do Amapá, Alagoas, Rondônia, São Paulo, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e os municípios de Feira de Santana-BA, Fortaleza, Maceió, Manaus, João Pessoa e Natal.

Quanto ao CADPREV, em 2011 foi implementado o novo modelo que permite ao ente federativo promover o encaminhamento de demonstrativos, comprovantes de pagamento de segurados e parte patronal, com maior celeridade e controle por partes das coordenações ligadas ao departamento, bem como facilita o acesso e a transmissão de documentos e informações por parte dos entes.

Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional

O Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSSO unidade organizacional da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS entre suas atribuições regimentais tem a competência de:

- subsidiar a formulação e a proposição de diretrizes e normas relativas à interseção entre as ações de segurança e saúde no trabalho e as ações de fiscalização e reconhecimento dos benefícios previdenciários decorrentes dos riscos ambientais do trabalho, e ainda, propor políticas voltadas para a saúde e segurança dos trabalhadores, com ênfase na proteção e prevenção de forma articulada com demais entidades com interesse no tema;

- atuar, de forma conjunta às demais Diretorias da SPPS, na atualização, revisão, racionalização e simplificação dos planos de custeio e de benefícios da Previdência Social e questões inerentes à previdência dos servidores públicos relativamente a temas de sua área de competência; e
- realizar estudos, pesquisas e propor ações formativas visando ao aprimoramento da legislação previdenciária, setor público e privado, no âmbito de sua competência.

O DPSSO tem duas Coordenações-Gerais em sua estrutura regimental: a Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional – CGSAT e a Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade – CGMBI. Conta, ainda, com a Coordenação de Prevenção de Acidentes do Trabalho – COPAT.

À CGSAT compete, basicamente, apoiar as atividades do DPSSO; acompanhar e avaliar a implementação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP; atuar na formulação de estudos que visem à formulação ou reformulação de diretrizes visando à melhoria dos ambientes do trabalho e a redução dos agravos à saúde do trabalhador; cooperar, juntamente ao DPSSO, com as demais Diretorias da SPPS, na atualização, revisão, racionalização e simplificação dos planos de custeio e de benefícios da Previdência Social e questões inerentes à previdência dos servidores públicos relativamente ao gerenciamento dos riscos ambientais do trabalho; propor e elaborar projetos de regulamentação da legislação aplicável à arrecadação e fiscalização das contribuições sociais decorrentes dos riscos ambientais presentes no ambiente de trabalho; promover o diálogo e a articulação com outras instituições interessadas no tema saúde e segurança no trabalho; acompanhar a implementação e manutenção de bases de dados sobre segurança e saúde do trabalhador, especialmente a organização e a atualização dos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e de outros cadastros que subsidiam as decisões no âmbito da Previdência Social; realizar estudos e avaliações técnicas para subsidiar projetos parlamentares relativos ao tema risco ambientais do trabalho e suas consequências; e, acompanhar e colaborar com a CGMBI no acompanhamento e aperfeiçoamento do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário e na atualização da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho.

De forma complementar as atribuições da CGSAT cumpre à Coordenação de Prevenção de Acidentes do Trabalho - COPAT cooperar com o DPSSO no tocante ao desenvolvimento das atividades além de estabelecer articulação com órgãos de educação e entidades privadas visando à inclusão de conhecimentos básicos em matéria de segurança e saúde no trabalho no currículo do ensino fundamental, médio e superior, em especial nos cursos de formação profissional; participar da atualização das listas de doenças relacionadas ao trabalho juntamente com a CGMBI; e preparar respostas a expedientes e pleitos originários dos órgãos vinculados ao Ministério, de segurados e contribuintes relacionados ao Regime Geral de Previdência Social, relativamente a riscos ocupacionais.

À CGMBI compete participar da formulação da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador; propor diretrizes gerais para o desenvolvimento de planos, programas e metas das atividades da perícia médica e reabilitação profissional no âmbito do Regime Geral de Previdência Social; acompanhar e avaliar a implementação do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP e suas repercussões sobre os benefícios por incapacidade; supervisionar, avaliar e monitorar as atividades de concessão de benefícios vinculados ao gerenciamento de riscos ocupacionais e suas inter-relações com aplicação do Fator Acidentário de Prevenção e dos Nexos Técnicos Previdenciários - NTP; propor e participar de estudos e pesquisas em matéria de segurança e saúde no trabalho, juntamente com a CGSAT, visando constituir uma rede de colaboradores para o desenvolvimento técnico-científico na área e propor e acompanhar a revisão periódica dos manuais de procedimentos técnico-operacionais da perícia médica do INSS; acompanhar e avaliar a aplicação da lei no que concerne às ações regressivas;

e, preparar respostas a expedientes e pleitos originários dos órgãos vinculados ao Ministério, de segurados e contribuintes relacionados a benefícios por incapacidade.

Atividades desenvolvidas

I. Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho – CTSST

A Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho – CTSST tem por objetivo avaliar e propor medidas para implementação, no País, da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho tendo como base a Convenção n.º 187 da OIT e o Plano de Ação Global da Organização Mundial de Saúde – OMS. O Plano de Ação da Comissão manteve o foco das ações sobre as áreas de maior risco de acidentalidade: Indústria da Construção Civil e do Transporte Rodoviário de Cargas, por continuarem a liderar os maiores índices de gravidade da acidentalidade. A focalização das ações é fundamentada na instituição e desenvolvimento de trabalho por dois grupos permanentes que têm, inclusive, participação da representação da Diretoria do DPSSO.

A minuta da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho, elaborada pela CTSST foi avaliada pela Presidência da República, e aprovada, culminando com a sua publicação em forma de Decreto – Decreto nº 7.602, de 07/11/2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.

As diretrizes da Política Nacional de SST são: a universalidade; a precaução; a precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação; o diálogo social; a inclusão de todos trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde; a harmonização da legislação e a articulação das ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador; a adoção de medidas especiais para setores de alto risco e para populações desprotegidas e vulneráveis e a estruturação de uma rede integrada de informações em saúde do trabalhador.

A CTSST esteve sob a coordenação do Ministério da Saúde durante o ano de 2011. Em 2012 a coordenação passará ao Ministério da Previdência Social, em consequência do rodízio previsto em seu ato de criação.

Meta: Acompanhamento e implementação de ações da CSST.

Avaliação: Meta atingida.

II. Transformação do Perfil Profissiográfico Previdenciário- PPP em sistema eletrônico

Retomada do processo de construção do PPP, versão eletrônica.

Meta: Levantamento do estágio de desenvolvimento do sistema informatizado; apresentação de proposta de interligação com as soluções tecnológicas em curso na Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.

Avaliação: Meta parcialmente atingida. A partir do levantamento e da conclusão das propostas de interligação, planeja-se a redefinição (ajuste) do escopo, avaliação técnica pela DATAPREV e elaboração de proposta técnica para apreciação da CGTIC/MPS para definição de viabilidade técnica da construção (aprovação em função do custo orçado pela DATAPREV) é que ocorrerá a retomada da construção do sistema informatizado. Estas medidas estão em curso de desenvolvimento.

III. Representação do MPS em Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho

Continuidade da participação em diversos grupos e comissões interministeriais/intersectoriais na área de saúde do trabalhador. Cita-se: Comissão Nacional Permanente da Mineração – CNPM (comissão responsável pela discussão da política nacional sobre mineração); Comissão Nacional Permanente do Benzeno – CNPBz (comissão responsável pela discussão da política nacional relacionada ao benzeno); Comissão Nacional Portuária – CNP (comissão coordenada pela Casa Civil da Presidência da República que tem por objetivo o estabelecimento de políticas no âmbito do setor portuário); Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-34/CNTT NR-34/TEM (comissão responsável pelo acompanhamento e aprimoramento da Norma Regulamentadora nº 34 que trata das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval); Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica NR 10 – CPNSEE (comissão responsável pelo acompanhamento e aprimoramento da Norma Regulamentadora n.º 10 que trata das questões relacionadas ao trabalho em eletricidade); Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho/CTSST (comissão responsável pelo debate das políticas de saúde do trabalhador); Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador – CTPAT/DSST/MTE (comissão responsável por acompanhar e avaliar a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT); Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP (comissão responsável pelo processo de normatização em SST no âmbito do MTE); Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor (comitê responsável pelo debate das políticas de saúde do servidor público federal); Comitê Interinstitucional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Protocolo de Cooperação Técnica celebrado entre TST/CSJT, MS, MTE, MPS e AGU - implementação de Programas e Ações Nacionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho); Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador – CIST (comissão responsável pelo debate das políticas de saúde do trabalhador no âmbito do SUS); Comitê Permanente Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção/NR-18 (comitê responsável por deliberar sobre as propostas apresentadas pelos Comitês Permanentes Regionais sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - CPR, relativas às propostas de alteração da Norma Regulamentadora nº 18 que trata da implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção); Conferência Nacional sobre Emprego e Trabalho Decente – CNETD/MTE (a Conferência visa à promoção de um amplo debate no território nacional envolvendo a temática das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção e promoção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente de 2010); Conselho Deliberativo da Fundacentro/MTE (a Fundação é uma instituição do MTE que atua na área de estudos e pesquisas relacionadas à saúde e segurança no trabalho); Conselho Deliberativo do FAT/CODEFAT/MTE (conselho responsável por elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas públicas de emprego e renda, bem como de fiscalização da administração do FAT, entre outras); Conselho Nacional de Saúde – CNS (Conselho do Ministério da Saúde responsável pela política nacional de saúde no âmbito do SUS); Conselho Nacional de Trânsito (o Conselho é o órgão máximo normativo, consultivo e coordenador da política nacional de trânsito, competente do Sistema Nacional de Trânsito, responsável pela regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro); Grupo de Trabalho Tripartite sobre a Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho/GET GSST/MTE (grupo responsável por aprofundar estudos para elaboração de Norma Regulamentadora sobre Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho); Saúde dos Trabalhadores em Atividade Portuária – SEP/MTE/MPE/ANVISA-MS (grupo responsável pela elaboração de um amplo e confiável levantamento sobre a situação atual da saúde do trabalhador portuário, seguido da constituição de um banco de dados para consulta das informações).

Meta: Participação em grupos especializados para discussão e aprimoramento de políticas relativas ao tema “Saúde e Segurança Ocupacional”.

Avaliação: Meta atingida – representantes do DPSSO participaram, efetivamente, das reuniões realizadas por estes grupos ao longo do exercício 2011.

IV. FAP 2009 (vigência em 2010)

O Fator Acidentário de Prevenção - FAP 2009, vigência em 2010, teve cerca de 6.600 processos autuados como contestações administrativas em primeira instância administrativa, encaminhados na forma impressa, recebidos a partir de janeiro de 2010, o que demandou a criação do Grupo de Trabalho – GT de análise do FAP, constituído com servidores do INSS convocados para Brasília. Todos estes processos de 1ª instância tiveram suas análises concluídas e resultados entregues aos contribuintes em 2011. Destes processos em 1ª instâncias originaram-se 3.263 processos em grau recursal e mais de 2.000 destes processos já tiveram análise concluída pela SPPS, restando cerca de 1.000 processos a serem analisados para esta fase administrativa de contestação ao processamento do FAP em 2009 com vigência em 2010.

Meta: Concluir a análise dos processos de contestação ao processamento do FAP 2009, vigência em 2010, nas duas fases: 1ª e 2ª instância administrativa.

Avaliação: Meta atingida de forma parcial – foram concluídos os julgamentos em 1ª instância, todavia a quantidade de análises da 2ª instância foi reduzida devido à diminuição significativa do número de servidores convocados para o GT-FAP (em março de 2011, por força de determinação da Presidência da República o número de servidores convocados para atuarem junto ao Grupo de Trabalho GT - “Análise das Contestações sobre Controvérsias Relativas à Apuração do FAP” foi bruscamente reduzido – de 19 para 5 servidores – a fim de cumprir a determinação para redução imediata de gastos no Poder Executivo).

V. FAP 2010 (vigência em 2011)

Após a disponibilização do FAP 2010, vigência em 2011, foram recebidos em novembro de 2010, agora de forma eletrônica e conforme os prazos estabelecidos no Portaria Interministerial MPS e MF nº 451/2010, 2.077 processos de contestações. Além destes processos eletrônicos foram recebidos cerca de 200 processos impressos (petições impressas) encaminhados, no prazo regulamentar, para análise e julgamento.

Meta: Concluir e disponibilizar, em ambiente de produção do Sistema FAP, a funcionalidade que permita a análise e o julgamento eletrônico das contestações ao processamento do FAP apresentadas a partir de setembro de 2010. Ainda, concluir a análise, na forma eletrônica, dos processos de contestação ao processamento do FAP 2010, vigência em 2011, na 1ª instância administrativa.

Avaliação: Meta atingida de forma parcial – a funcionalidade para análise e julgamento eletrônico do Sistema FAP foi concluída e disponibilizada em ambiente de produção, todavia a análise e o respectivo julgamento eletrônico sofreram grande atraso devido à redução significativa do número de servidores convocados para o GT-FAP em março de 2011, conforme detalhamento acima.

VI. FAP 2011 (vigência em 2012)

Após a disponibilização do FAP 2011, vigência 2012, foram recebidos 1.837 processos de forma eletrônica (contagem final de processos por CNPJ Raiz), conforme os prazos estabelecidos no

Portaria Interministerial MPS e MF nº 579/2011, e ainda foram recebidos cerca de 120 processos encaminhados, no prazo regulamentar, para análise e julgamento na forma impressa (recebidos até o momento).

Meta: Início da análise dos processos de contestação ao FAP 2011 (vigência em 2012) em 1ª instância administrativa recebidos em novembro de 2011.

Avaliação: Meta não atingida. Esta ação ficou prejudicada em função do acúmulo dos processos de contestação dos processamentos anteriores do FAP. O atraso expressivo no julgamento dos processos do FAP dos anos anteriores decorre, de forma especial, da redução significativa do número de servidores convocados para o GT-FAP em março de 2011, conforme detalhamento acima.

Nota: A conclusão dos julgamentos das contestações aos processamentos anuais do FAP – 2011 e anteriores – nas duas instâncias administrativas dependerá do aumento do número de servidores atuando junto ao GT-FAP envolvidos, direta e exclusivamente, com as atividades de pré-análise de processos (convocação de força-tarefa especial). O dimensionamento ideal para um grupo permanente de análises às contestações ao FAP anual é de 30 servidores. A Coordenação do GT-FAP “Análise das Contestações sobre Controvérsias Relativas à Apuração do FAP”, constituído pela Portaria SPPS nº 1, de 2 de março de 2012, avalia que é necessário que o grupo permanente para análise das contestações seja criado e que seus componentes se dediquem, praticamente de forma exclusiva, à análise de toda a documentação recebida pela SPPS relativa aos processamentos do FAP anual e assuntos correlatos. Para a formação de uma equipe neste tema (FAP) é necessária a capacitação continuada por, pelo menos, 1 semestre de instrumentação e acompanhamento.

As alternativas para formação da equipe permanente de análise do FAP junto ao DPSSO, e consequentemente a dispensa da convocação prolongada de servidores do INSS, são a contratação de servidores efetivos mediante concurso público ou a cessão de servidores do INSS e da SRFB, em caráter permanente, para a execução dos trabalhos – apesar de a competência para processar e disponibilizar o FAP anual e de analisar as contestações originadas ser da SPPS há que se ressaltar que o tema abarca aspectos fiscais-tributários e de formação de custeio para pagamentos de benefícios acidentários e Aposentadorias Especiais, além do fato de que o processamento do FAP opera com insumos provenientes dos bancos de dados sob a gestão do INSS e da SRFB. No momento, uma das servidoras do quadro do DPSSO, que é muito reduzido, está no processo de formação para avaliação das contestações e outra iniciará a capacitação a partir de abril.

O DPSSO já consultou cada membro que atuou, ou ainda atua, junto ao Grupo de Trabalho e nenhum deles manifestou interesse em ser lotado junto ao Ministério da Previdência Social em Brasília/DF.

A Coordenação do GT-FAP chama a atenção para o fato de que a cessação das convocações dos servidores do INSS para atuarem junto ao Grupo de Trabalho GT - “Análise das Contestações sobre Controvérsias Relativas à Apuração do FAP”, nas condições atuais (inexistência da equipe permanente junto ao DPSSO para atuar nas análises das contestações) implica em severos prejuízos momentâneos aos cofres públicos, além de postergar a resposta aos pleitos dos contribuintes, e à capacidade de pagamento, pelo INSS, dos benefícios de natureza acidentária e das Aposentadorias Especiais, pois a manutenção dos efeitos suspensivos, decorrentes da pendência de análise das contestações apresentadas na via administrativa, reduz o recolhimento dos valores devidos ao seguro contra acidentes e doenças do trabalho para a Previdência Social.

VII. Elaboração de Notas Judiciais

A Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional – CGSAT elaborou 85 Notas Judiciais em 2011 que subsidiaram as ações judiciais impetradas por diversas empresas, contra a União, e que são acompanhadas pela Consultoria Jurídica do MPS – CONJUR/MPS. O tema destas ações judiciais versa sobre alíquota do seguro contra acidentes do trabalho (alíquota Riscos Ambientais do Trabalho – RAT; enquadramento do Anexo V do Decreto nº 3.049/1999) e sobre os processamentos, legalidade e constitucionalidade do FAP, entre outros. A demanda de subsídios é apresentada, em geral, pelas Procuradorias Federais Especializadas junto ao INSS, pelas Procuradorias Regionais da Fazenda Nacional, pela Consultoria Jurídica do MPS e diretamente pelas autoridades judiciais.

Meta: Encaminhamento de resposta, com toda a informação requerida pelas autoridades judiciais, cumprindo o prazo estabelecido, conforme o caso. Foram recebidas 85 solicitações e gerado número equivalente de Notas Judiciais em 2011.

Avaliação: Meta cumprida - todas as respostas (85 Notas Judiciais elaboradas) foram encaminhadas nos prazos estabelecidos nos requerimentos.

VIII. Elaboração de Estudos Técnicos

A CGSAT elaborou 3 estudos na perspectiva do apoio à formulação ou reformulação de diretrizes visando à melhoria dos ambientes do trabalho e a redução dos agravos à saúde do trabalhador: nota técnica sobre a questão da acidentalidade nas micro e pequenas empresas e respectivos mecanismos de combate; nota técnica com avaliação sobre custos à Previdência Social decorrentes de acidentes de trânsito; e, um artigo sobre o cenário da acidentalidade e a política previdenciária, e respectivos instrumentos, para o fortalecimento da cultura de prevenção no País. A partir da nota técnica sobre a questão do controle da acidentalidade nas micro e pequenas empresas e respectivos mecanismos de combate foi elaborada proposta de alteração na legislação que normatiza o Simples Nacional.

Meta: Elaboração e disponibilização de estudos que subsidiem a formulação de políticas públicas para a redução da acidentalidade e seus efeitos nocivos. As solicitações para realização de estudos decorrem de aspectos circunstanciais em um determinado momento ou temas bem estruturados.

Avaliação: Meta cumprida – Foram realizados 3 estudos – 2 notas produzidas sob demanda específica (acidentalidade nas micro e pequenas empresas e custo dos acidentes de trânsito para a Previdência Social) e um artigo científico produzido e publicado.

IX. Tabulação e fornecimento de informações sobre acidentalidade aos parceiros institucionais e público externo

O DPSSO é demandado, de forma contínua, para a produção e disponibilização de informações que servem à formulação de políticas públicas sobre temas relacionados à saúde e segurança ocupacional, fiscalização, acompanhamento de arrecadação e cobrança de créditos previdenciários, inspeção nos ambientes de trabalho, estudos técnico-científicos, produção de matérias de interesse da população sobre o tema acidentes e doenças do trabalho, entre outros.

A CGSAT disponibilizou, entre outros, as informações contidas nos bancos de dados da Previdência Social acerca dos registros de acidentes e doenças do trabalho, de forma trimestral, ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em cumprimento à definição estabelecida em Decreto; informações contidas no banco de dados do FAP para acesso em tempo real pelas áreas de tributação, arrecadação e fiscalização da Receita Federal do Brasil; informações sobre aplicação de *bonus* e *malus* às empresas decorrentes do processamento anual do FAP; e, informações sobre temas específicos à rede de imprensa para elaboração de matérias de interesse da população.

Meta: Fornecimento de informações requeridas aos parceiros institucionais no tema saúde e segurança ocupacional, aos organismos de controle da fiscalização, tributação e arrecadação de créditos previdenciários e público externo.

Avaliação: Meta cumprida - todas as informações foram disponibilizadas de acordo com o tempo necessário para as suas tabulações e segundo a possibilidade de atendimento averiguado dentro do limite da capacidade de produzi-las com a interveniência da DATAPREV e do limite da manutenção do sigilo, conforme o caso.

X. Elaboração e divulgação de dados e informações da acidentalidade motivos de afastamento no portal da Previdência Social

A equipe do DPSSO faz tratamento dos dados relacionados aos benefícios por incapacidade contidos no Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT que a Previdência Social disponibiliza, de forma desagregada, no espaço do DPSSO na página do MPS na internet. Essas informações são a fotografia da acidentalidade por código da Classificação Internacional de Doenças – CID, em sua 10ª Revisão, e principais setores econômicos que estão disponibilizados universalmente para que a comunidade científica, técnicos, demais órgãos do governo e sociedade possam acompanhar a questão da acidentalidade e traçar estratégias de políticas de prevenção acidentária.

Meta: Divulgação de informações sobre concessão de auxílios-doença, de natureza acidentária e não-acidentária, com a desagregação segundo códigos da Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE e dos capítulos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10.

Avaliação: Meta atingida – informações disponibilizadas mensalmente no Portal da Previdência Social quanto à desagregação pelos códigos CID-10 para os benefícios Auxílio-Doença previdenciários e acidentários até a competência de dezembro de 2011.

XI. Estudo da Nova Matriz do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP

O estudo tem por objetivo a revisão periódica da matriz do NTEP constante na Lista C, Anexo II do Decreto nº 3.048/1999 – Regulamento da Previdência Social. Ainda em 2010, foi elaborado estudo a fim de ampliar as pesquisas e avaliações, com o apoio da parceria com a Universidade de Brasília (Destaque Orçamentário – SPPS e UnB para a contratação no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2010), que apontou a necessidade de fortalecer a relação dos acidentes e doenças do trabalho com os postos específicos ocupados pelos trabalhadores (relação das 2.500 ocupações relacionadas no Código Brasileiro de Ocupação – CBO).

Meta: Prosseguir com os estudos a fim de concluir a revisão da Lista C do Anexo II do Decreto nº 3.048/1999 – revisão da matriz do NTEP.

Avaliação: O DPSSO prosseguiu com a avaliação para a revisão da matriz do NTEP e deve construir uma cooperação técnica com entidades técnico-científicas, em 2012, para avançar nos estudos e

apresentar um produto final, conforme o caso, para alteração da Lista C, Anexo II, do Decreto nº 3.048/1999.

XII. Elaboração de Notas Técnicas

A Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade - CGMBI elaborou 26 Notas Técnicas em 2011 em resposta aos pleitos originários dos órgãos vinculados ao MPS e do Congresso Nacional. Em sua maioria, os assuntos versam sobre alterações de Decretos e Projetos de Lei relacionados à aposentadoria especial.

Meta: Encaminhamento de resposta, com toda a informação requerida pelos órgãos citados, conforme o caso. Foram recebidas 26 solicitações e gerado número equivalente de Notas Técnicas em 2011.

Avaliação: Meta cumprida - todas as respostas (26 Notas Técnicas elaboradas) foram encaminhadas aos requerentes.

XIII. Revitalização da Reabilitação Profissional

Em 2011, a CGMBI acompanhou a execução do Projeto-Piloto, em São Paulo/SP, instituído por meio da assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Gerência Regional do INSS de São Paulo/SP, as Secretarias de Estado do Trabalho, da Saúde e da Defesa da Pessoa com Deficiência, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e a Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE, com objetivo de melhorar condições de trabalho, reduzir agravos à saúde relacionados ao trabalho, diminuir o número de concessão de benefícios por incapacidade, efetivar a reabilitação física funcional no menor tempo possível, diminuindo o tempo de afastamento e obtendo sucesso no processo de RP e retorno ao trabalho.

Ainda em 2011, foram realizadas tratativas com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio das Secretarias de Estado da Saúde, de Assistência Social e Direitos Humanos, de Trabalho e Renda, e com a interveniência do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para a construção de Termos de Cooperação Técnica com objetivo de conjugar esforços dos partícipes com vistas a reforçar no âmbito da Saúde, da pessoa com deficiência, e da Previdência Social, a formação e o aperfeiçoamento das políticas de habilitação e reabilitação profissional em vista da reinserção com qualidade no mercado de trabalho, objetivando criar mecanismos para o acompanhamento dos programas de habilitação e reabilitação físico-funcional junto às áreas de saúde do trabalhador, saúde da pessoa com deficiência, à rede de serviços em reabilitação física e à rede de serviços de reabilitação auditiva e outras afins e à Gerência Regional do INSS no Rio de Janeiro.

Além das atividades relacionadas, deu-se a continuidade da parceria com a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, por intermédio de seu centro de formação profissional (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR) para a promoção de qualificação profissional à clientela da Reabilitação Profissional do INSS.

Meta: Acompanhar o processo de revitalização da reabilitação profissional (projeto-piloto em São Paulo), concluir a elaboração das minutas de Termos de Cooperação Técnicas com as secretarias de Estado do Rio de Janeiro (também projetos-pilotos) e renovar a validade do Termo de Cooperação Técnica com o CNA/SENAR.

Avaliação: Meta cumprida – o acompanhamento do piloto em São Paulo foi promovido; as minutas de Termos de Cooperação Técnica foram elaboradas e aprovadas pela Consultoria Jurídica do MPS e

demais entidades envolvidas; e, a validade do Termo de Cooperação Técnica MPS e CNA/SENAR foi estendida até 09 de maio de 2012.

XIV. Parceria com o Tribunal Superior do Trabalho - TST e outras entidades

Em 2011, o DPSSO recebeu o convite do TST para avaliar proposta de parceria entre o MPS e o TST, e outros Órgãos, para conjugação de esforços com vista à implementação de programas e ações nacionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

A partir da assinatura do Protocolo, o DPSSO passa a compor Comitê Interinstitucional com competência de propor, planejar e acompanhar os programas e ações pactuados, implementar políticas públicas permanentes em defesa do meio ambiente, da segurança e da saúde do trabalhador, fortalecendo o diálogo social. Segundo o Protocolo o MPS deverá cooperar na criação e alimentação de banco de dados comum com informações necessárias ao alcance do objeto do protocolo.

Meta: Elaborar minuta para celebração de Protocolo de Cooperação Técnica entre MPS, TST, MS, MTE e AGU.

Avaliação: Meta cumprida – a minuta foi elaborada e o Protocolo foi assinado pelos respectivos Ministros.

XV. Acompanhamento de Ações Regressivas

O DPSSO está incumbido de prestar apoio para a elaboração de ações regressivas pelo INSS, por intermédio da Procuradoria do INSS, segundo o termo de cooperação assinado entre o MPS/INSS e o MTE (Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho). Os acidentes de trabalho ocorridos estão sendo analisados com vistas a subsidiar a propositura de ações.

Meta: Acompanhar a formulação de ações regressivas fornecendo os subsídios sob a gestão do DPSSO.

Avaliação: Meta cumprida – todas as informações foram encaminhadas.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade

I - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

A SPPS conta com 2 (dois) importantes Programas de Governo, o Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social, sob responsabilidade do Subsecretário de Orçamento e Administração - SOAD, e o 1009 – Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, dos Estados, Municípios e DF, sob responsabilidade do Secretário de Políticas de Previdência Social.

O Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social – tem como objetivo controlar os programas gerados na área da previdência social a partir da coordenação e do planejamento na formulação de políticas setoriais.

O Programa Gestão da Política de Previdência Social nasceu da necessidade de busca por um Estado mais atuante, em que fosse possível constatar uma maior relevância por parte das atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais no que tange à formulação, à avaliação, ao reordenamento e ao controle de programas finalísticos.

Com o Programa 0087, a SPPS adquire respaldo técnico, financeiro e estrutural para coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, além de responsabilizar-se pela avaliação e controle dos programas na área de Previdência Social.

Para subsidiar esse Programa, existe, entre outras, a ação nº 2304 – Estudos e Pesquisas no Âmbito do Regime Geral de Previdência Social, cujo objetivo é subsidiar as políticas previdenciárias a partir de estudos técnicos voltados para temas relevantes para o sistema previdenciário. Apesar do Programa 0087 ser de responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a coordenação dessa ação está a cargo da Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários, componente da SPPS.

A referida ação está voltada para o financiamento da elaboração de estudos e pesquisas relacionados aos mais diversos aspectos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Destina-se também à complementação de estudos e pesquisas correntemente elaborados pelo próprio Departamento de Regime Geral de Previdência Social, por meio das Coordenações-Gerais de Estudos Previdenciários, de Estatística, Demografia e Atuária e de Legislação e Normas. Não houve execução física e financeira na mencionada Ação 2304 no decorrer de 2011.

O Programa 1009 – Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, dos Estados, Municípios e DF – objetiva controlar o financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, tendo em vista a importância de alcançar a sustentabilidade do próprio sistema. Foi criado para respaldar o desenvolvimento das atividades da SPPS. Trata-se de um programa direcionado ao assessoramento das reformas e modernização dos regimes próprios de previdência de Estados, Municípios e do Distrito Federal, da fiscalização desses regimes (atribuição da Secretaria de Políticas de Previdência Social), da implantação do Sistema de Regimes Próprios de Previdência – SRPP, do SIPREV/Gestão, nesse caso contribuindo para o envio de informações cadastrais e financeiras para o Cadastro nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social – CNIS/RPPS, e de outras formas cooperativas com os diversos entes federados.

No âmbito desse Programa, a Ação nº 2274 – Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência objetiva justamente amparar os Regimes Próprios de Previdência dos servidores públicos para adaptá-los às normas vigentes, por meio de um processo gradativo de adequação. Em 2011 foi concluído o Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência - PARSEP II, com sucesso, e agilizado os procedimentos para viabilizar a execução em 2012 do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social – PROPREV Segunda Fase.

A segunda Ação desse Programa, de nº 2276 – Fiscalização dos Regimes Próprios dos Servidores Públicos, foi criada para assegurar que os requisitos erigidos pela Lei nº 9.717/98 e pelas normas regulamentares objeto de delegação conferida pela então vigente Portaria nº 419/2002, garantam que a sustentabilidade financeira e atuarial desses Regimes seja efetivamente atingida. Essa atividade é hoje totalmente planejada e executada pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, por intermédio do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, mediante Auditores-

Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no Ministério da Previdência Social, em conformidade com § 2º, do artigo 11, da Lei nº 11.457/07.

TABELA V - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO DA UJ

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo da UJ						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1009		Denominação: Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal						
Objetivos Específicos: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável						
Gerente: Fernando Rodrigues da Silva*				Responsável: Delúbio Gomes Pereira da Silva*		
Público Alvo: Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, municípios e Distrito Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.406.340	6.406.340	1.952.991	1.940.800	-	1.940.800	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de variação da necessidade de financiamento dos regimes próprios de previdência	12/01/2003	4.5	2.4	2.4	2.6
Fórmula de Cálculo do Índice						
Variação percentual do valor da necessidade de financiamento dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal no corrente e o valor da necessidade de financiamento do ano anterior.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em razão de alguns Estados da Federação, de grande porte, não terem enviado os dados, estimou-se para o conjunto dos Estados a evolução histórica. Em relação à União ocorreu uma variação superior ao previsto em função do crescimento vegetativo natural da massa de beneficiários.						

Fonte: SIGPLAN

- * Obs.: 1. O Senhor Fernando Rodrigues da Silva foi Gerente do Programa 1009 até 17/01/2011, a partir desta data o Senhor Leonardo José Rolim Guimarães assumiu.
2. O Senhor Delúbio Gomes Pereira da Silva foi Responsável pelo Programa 1009 até 02/06/2011, a partir desta data o Senhor Otoni Gonçalves Guimarães assumiu.

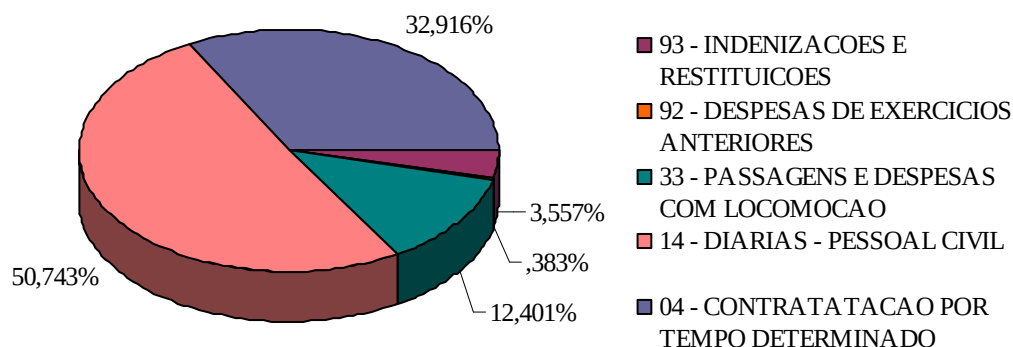
TABELA VI - EXECUÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA 1009 – (UO 33101 – MPS)

Execução do Programa 1009 - Exercício 2011			
Elemento Despesa (Cod/Desc)	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
04 - Contratação por Tempo Determinado	642.839,82	642.839,82	642.839,82
14 - Diárias - pessoal civil	991.007,62	991.007,62	991.007,62
33 - Passagens e despesas com locomoção	242.194,70	242.194,70	230.003,56
92 - Despesas de exercícios anteriores	7.481,48	7.481,48	7.481,48
93 - Indenizações e restituições	69.467,21	69.467,21	69.467,21
Soma	1.952.990,83	1.952.990,83	1.940.799,69

Ação	Empenhado	Liquidado	Pago
Assistência técnica às reformas dos regimes próprios de previdência	503.364,94	503.364,94	503.364,94
Auditoria nos regimes próprios dos servidores públicos	1.295.906,05	1.295.906,05	1.283.714,91
Gestão e administração do programa	153.719,84	153.719,84	153.719,84
Soma	1.952.990,83	1.952.990,83	1.940.799,69

Fonte: SIAFI

GRÁFICO III - EXECUÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA 1009 – (UO 33101 – MPS)



Fonte: SIAFI

II - Execução física das ações realizadas pela UJ

Ação 2304 – Estudos e Pesquisas no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – Dados Gerais (Programa 0087)

Tipo da Ação (1)	Orçamentária
Finalidade (2)	Subsidiar o processo de formulação de políticas previdenciárias
Descrição (3)	Elaboração de diagnóstico detalhado sobre cada tema selecionado; realização de estudos técnicos, atuariais e jurídicos, projeções de curto, médio e longo prazos frente a diversos cenários; estimativa de impactos financeiros
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários
Coordenador nacional da ação (5)	EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS
Unidades executoras (6)	Secretaria de Políticas de Previdência Social

Os recursos do Programa 0087 não são geridos pela SPPS, mas a execução dos produtos, sim. Sendo assim, as informações constantes no quadro imediatamente anterior deverão constar também do Relatório de Gestão da Subsecretaria de Orçamento e Administração – SOAD, subordinada à Secretaria-Executiva do MPS, responsável por ele.

No que diz respeito à ação 2304 – Estudos e Pesquisas no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, de um orçamento disponível, em 2010, de R\$ 1.600.000,00, foram empenhados R\$ 189.014,00, o que corresponde, portanto, a um percentual de execução financeira de 11,81%. Dos recursos empenhados, R\$ 106.564,00 foram pagos em 2010, sendo R\$ 24.114,00 na natureza de despesa 339020 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores – referente ao destaque orçamentário de 2009 com a UNB – Processo 44000.002786/2009-11 – Projeto Construção da Nova Matriz do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – e os R\$ 82.450,00 restantes na natureza de despesa Outros Serviços a Terceiros – Pessoa Jurídica. Esse valor último foi pago em decorrência dos serviços prestados pela Solar Consultoria Ltda., que realizou estudo sobre o perfil dos povos indígenas e sua relação com a Previdência Social. Montante em igual valor, já empenhado em 2010, foi pago em 2011 por ocasião da entrega do terceiro produto, um relatório completo sobre a pesquisa de campo realizada com etnias que habitam as Regiões Norte e Nordeste do país; e do quarto e último produto da pesquisa, um ensaio antropológico-fotográfico que deverá servir de base para melhorias na qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social à população indígena que vive no Brasil.

O restante do orçamento disponível não foi empenhado devido a complicações na contratação de novos estudos em período eleitoral e, posteriormente, de transição entre governos, bem como a não solicitação de destaque orçamentário por parte dos contratos já estabelecidos (TCT-IPEA/MPS). O mesmo ocorreu com o orçamento da Ação 2304 no ano de 2011; apesar de um orçamento previsto de R\$ 860.000,00, não houve empenho no decorrer do ano, portanto, não houve execução.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – Dados Gerais

Tipo da Ação (1)	Finalística
Finalidade (2)	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição (3)	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação (5)	JESIEL SOARES DA SILVA
Unidades executoras (6)	SOAD/COEPI (sigla anterior: SPOA/UCP)

Em 2010 foram efetivados empenhos para execução em 2011 dos contratos de cadastramento, conforme explicitado adiante:

Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa: R\$ 5.988.356,86 e cancelado no final do exercício de 2011 o valor de R\$ 1.183.560,94, sendo efetivado o pagamento de R\$ 4.508.566,65;

Programa 1009 – Regimes de Previdência dos Servidores Públicos, Municípios e Distrito Federal – Ação 2272 – Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência: R\$ 2.909.668,48 e cancelado ao final do exercício de 2011 o valor de R\$ 795.943,92, sendo efetivado o pagamento de R\$ 2.113.724,56;

Foi realizado, ainda, no exercício de 2011 um Aditivo ao Contrato UCP nº. 002/2010, referente recadastramento no Programa 0087 – Gestão de Política de Previdência Social – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, no montante de R\$ 1.750.000,00

Ação 2274 – Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência – Dados Gerais (Programa 1009)

Tipo da Ação (1)	Finalística
Finalidade (2)	Subsidiar o processo de adequação dos regimes próprios e complementares de previdência dos servidores públicos na União, Estados, Municípios e Distrito Federal às normas em vigor.
Descrição (3)	Elaboração de trabalhos visando auxiliar a definição do desenho e da normatização dos regimes próprios e complementares de previdência dos servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Realização de workshops e palestras; prestação de consultoria aos entes públicos; contratação de consultorias para a realização de avaliações atuariais de regimes próprios; elaboração de cartilhas e material de divulgação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação (5)	SANDRA GONÇALVES LOPES
Unidades executoras (6)	Secretaria de Políticas de Previdência Social

Ação 2274 – Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência – Resultados

Meta Física: 38

Assistência Técnica Realizada: 38

% Execução: 100,00 %

Meta Financeira:

LOA + CRÉDITO: R\$ 1.455.000,00

Executado: R\$ 503.364,94 (vide explicação no texto)

% de Execução: 34,60 % (vide explicação no texto)

Os empenhos vinculados à Ação foram executados e os saldos cancelados.

Os resultados alcançados em 2011 com a execução na meta física foram extremamente satisfatórios, no entanto, os resultados da meta financeira se mostraram aquém das expectativas, em decorrência da não implementação do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social – PROPREV – Segunda Fase devido à demora do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em autorizar o início das negociações com o Governo Brasileiro para a contratação de empréstimo, o que somente ocorreu no final de dezembro/2011. As negociações para celebração do acordo de empréstimo entre o BID e o Governo Brasileiro deverão ser concretizadas no primeiro semestre de 2012.

Ação 2276 – Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos – Dados Gerais

Tipo da Ação (1)	Finalística
Finalidade (2)	Assegurar que os Regimes Próprios de Previdência Social cumpram os requisitos definidos na Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, e normas regulamentares, visando à garantia da sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes próprios e complementares dos servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito.
Descrição (3)	Realização de auditorias diretas e indiretas para verificação do cumprimento dos requisitos normativos, referentes à constituição e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, bem como análise atuarial, contábil e da aplicação dos recursos previdenciários. Elaboração de metodologia para auditoria dos regimes próprios; elaboração de plano de auditoria periódica; desenvolvimento de sistema de planejamento, execução e monitoramento das auditorias e controle da tramitação do Processo Administrativo Previdenciário; elaboração de normas de auditoria; recebimento e análise periódica de informações financeiras, atuariais e contábeis; discussão, planejamento e implementação de medidas corretivas e/ou punitivas para as irregularidades observadas, bem como o monitoramento dos regimes próprios sujeitos a medidas corretivas; avaliação e melhoria da metodologia de avaliação; capacitação técnica de auditores. Aquisição de equipamentos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação (5)	SERGIO AUGUSTO FALCÃO IBALDO
Unidades executoras (6)	Secretaria de Políticas de Previdência Social/ Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP/Coordenação-Geral de Auditoria Atuária Contabilidade e Investimentos
Responsável pela Execução da Ação no nível local	Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no MPS credenciados

Ação 2276 – Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos – Resultados**Meta Física:** 300 (SIGPLAN)

Regimes Previdenciários Auditados: 308

% Execução: 102,67 %

Meta Financeira:

LOA + CRÉDITO: R\$ 2.281.340,00

Executado: R\$ 1.283.715,00

% de Execução: 56,27 %

OBS: O Decreto nº 7446/2011 estabeleceu novos limites orçamentários para 2011, sendo determinada a redução de 25% no orçamento previsto para esta Ação 2276, baseada na execução realizada em 2010. Tal fato influiu negativa e sensivelmente na execução orçamentária de 2011, bem como na execução física das auditorias.

Os resultados alcançados no exercício de 2011 continuaram bastante expressivos e positivos, em que pese o reduzido contingente de servidores e a limitação orçamentária determinada, totalizando 308 ações de auditoria direta realizadas nos entes federativos - Estados e Municípios – com Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, formalizando, por conseguinte, a emissão de 322 Notificações de Auditoria-Fiscal - NAF, e 145 Representações Administrativas a Tribunais de Contas Estaduais, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria-Geral da União, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

TABELA VII - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ - 2011

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	1009	2274	A	4	Assistência técnica realizada	38	38	108
09	125	1009	2276	A	4	Auditoria realizada	300	308	250
09	571	0087	2304	A	4	Estudo realizado	5	2	3

Fonte: SIGPLAN

Os resultados dispostos na Tabela anterior estão explicitados em detalhes na descrição da “Execução física das ações realizadas pela UJ”.

d) Desempenho orçamentário e financeiro

I - Programação Orçamentária das Despesas

TABELA VIII - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Previdência Social – MPS	33101	330010

Programação das Despesas Correntes

Não informado porque a UJ não é Unidade Orçamentária – UO. Informado no RG 2011 da UJ /Secretaria Executiva do MPS, responsável pela gestão dos recursos financeiros.

Programação de despesas de Capital

Não informado porque a UJ não é Unidade Orçamentária – UO. Informado no RG 2011 da UJ /Secretaria Executiva do MPS, responsável pela gestão dos recursos financeiros.

Resumo da Programação das Despesas

Não informado porque a UJ não é Unidade Orçamentária – UO. Informado no RG 2011 da UJ /Secretaria Executiva do MPS, responsável pela gestão dos recursos financeiros.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

TABELA IX - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação Orçamentária por Grupo de DespesaValores em
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	153103	33101.09.1222.0087. 2272	-	-	357.483
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4- Investimentos	5-Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	153103	33101.09.1222.0087. 2272	13.442	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 30/01/2012

Observação: Essa transferência está explicitada no Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada.

II - Execução Orçamentária das Despesas**Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ**

TABELA X - DESPESAS DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	696.233		657.566	
Convite	-		-	
Tomada de Preços	115.430		82.450	
Concorrência	-		-	
Pregão	580.803	654.914	575.116	496.012
Concurso	-		-	
Consulta	-		-	
Registro de Preços	-		-	
Contratações Diretas	1.860		1.860	
Dispensa	1.860		1.860	
Inexigibilidade	-		-	
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-		-	
Pagamento de Pessoal	2.585.756		2.573.636	
Pagamento em Folha	-		-	
Diárias	2.585.756	1.713.450	2.573.636	1.713.450
Outros	159.545	508.957	153.534	151.475

Fonte: SIAFI Gerencial – 30/01/2012

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

TABELA XI - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados a pagar		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	-		-		-		-	
2 – Juros e Encargos da Dívida	-		-		-		-	
3 – Outras Despesas Correntes	3.778.640		3.509.304		205.017		3.452.505	
14/33	2.585.756	1.713.450	2.585.756	1.713.450	-	205.017	2.573.636	1.713.450
33/39	774.967	512.152	569.950	486.223	-	49.470	564.264	486.223
39/35		486.802		9.788		14.850		9.788
Demais elementos do grupo	237.337	151.475	222.488	151.475	205.017	-	780.739	151.475

Fonte: SIAFI Gerencial – 30/01/2012

Obs.: Essas informações constam também do Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

TABELA XII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	13.441-	-	-	-	-	-	-	-
52	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial – 30/01/2012

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Não informado porque a UJ não é Unidade Orçamentária – UO. Informado no RG 2011 da UJ /Secretaria Executiva do MPS, responsável pela gestão dos recursos financeiros.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não informado porque a UJ não é Unidade Orçamentária – UO. Informado no RG 2011 da UJ /Secretaria Executiva do MPS, responsável pela gestão dos recursos financeiros.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não informado porque a UJ não é Unidade Orçamentária – UO. Informado no RG 2011 da UJ /Secretaria Executiva do MPS, responsável pela gestão dos recursos financeiros.

Evolução das receitas e despesas**TABELA XIII - EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS (SCDP)**

Descrição	ANO		
	2009	2010	2011
1. PASSAGENS	953.566,84	544.228,00	482.259,30
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.486.127,77	2.682.620,00	1.801.591,29
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	-	-	-
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	-
TOTAIS	2.799.694,61	3.226.848,00	2.283.850,59

FONTE: SCDP

TABELA XIV – EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS (SIAFI)

Descrição	ANO		
	2009	2010	2011
1. PASSAGENS	830.436,00	564.263,00	486.223,65
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.454.082,00	2.573.636,00	1.713.450,67
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	-	-	-
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	-
TOTAIS	2.284.518,00	3.137.899,00	2.199.674,32

FONTE: SIAFI Gerencial

Objetivando ampliar as informações para avaliações de diversas ordens, procedeu-se a anexação de duas tabelas que tratam da evolução de gastos, contendo valores obtidos no SCDP e no SIAFI.

A considerável redução dos valores despendidos em 2011 com diárias e passagens aéreas se justifica devido a:

- restrições e contingenciamentos orçamentários ocorridos;
- aperfeiçoamento da qualidade nas pesquisas de preços e na antecipação das aquisições de passagens aéreas;
- redução de viagens internacionais de servidores da SPPS, devido principalmente à diminuição no ritmo das discussões para celebração de acordos de previdência com outros países.

A redução do valor relativo ao orçamento proposto pela SPPS para 2011 (dotação proposta) e, em sequência, do PLOA, que resultou no valor estabelecido na LOA, não comprometeu as atividades programadas para serem realizadas pela SPPS no exercício em referência, em decorrência de prioridades estabelecidas.

III - Indicadores Institucionais

Adiante se encontram os indicadores de desempenho elaborados pela Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos CGACI e Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal – CGNAL, ambas vinculadas ao Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP, bem como do Departamento do Regime Geral de Previdência Social – DRGPS. Os indicadores relativos ao Departamento de Políticas de Segurança e Saúde Ocupacional (DPSSO) encontram-se no corpo do texto descritivo pertinente às suas atividades.

TABELA XV - INDICADORES DE DESEMPENHO DE 2011 - COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E INVESTIMENTOS – CGACI/DRPSP

Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos – SPPS / MPS				
Denominação do indicador	Tipo	Descrição	Quantificador	Valor
Ações de auditoria direta	Eficácia	Mede a execução de ações de auditoria in loco, em relação ao planejado (meta)	nº de auditorias diretas realizadas / nº de auditorias diretas planejadas	$\frac{308}{300} = 102,67 \%$
Cumprimento do programa de auditoria direta	Eficácia	Mede o cumprimento das ações de auditorias in loco programadas	nº de auditorias diretas programadas realizadas / nº de auditorias diretas programadas	$\frac{308}{318} = 96,85 \%$
Distribuição de processos de auditoria	Eficiência	Avalia a carga de trabalho dos auditores-fiscais	nº de processos prontos para auditoria / nº de auditores-fiscais	$\frac{318}{28} = 11,4$ processos
Análise de produtividade	Eficiência	Avalia a capacidade de trabalho dos auditores-fiscais	nº de auditorias realizadas no ano / nº de auditores-fiscais	$\frac{308}{28} = 11,0$ auditorias
Prazo médio para apresentação do relatório	Eficiência	Mede o tempo médio entre o início da auditoria e a apresentação do relatório	Somatório do tempo entre a auditoria e a apresentação do relatório / nº de relatórios	64,6 dias

NOTAS:

1. Nº de auditorias diretas planejadas = **300** (meta anual informada no SIGPLAN).
2. Nº de auditorias diretas programadas = **318** (anual, conforme programação constante no Aplicativo de Apoio da SPPS).
3. Nº de auditorias diretas realizadas = **308**.
4. Nº de auditores-fiscais externos = **28**.
5. A meta anual de auditorias a realizar foi superada em 2,67 %.
6. O cumprimento do programa de auditorias atingiu 96,85 % do previsto (algumas auditorias iniciadas em 2011 serão concluídas em 2012).
7. A carga de trabalho de cada auditor-fiscal foi de 11,4 processos/ano, tendo sido concluídos 11,0 processos/ano/auditor.

TABELA XVI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMATIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO LEGAL – CGNAL/DRPSP

Denominação Indicador	Tipo	Descrição (o que pretende medir)	Quantificador	Indicadores
Distribuição de consultas	Eficiência	Avalia a carga de trabalho dos técnicos	consultas prontas para distribuição (estoque + fluxo) Técnicos CGNAL	452 = 113 4
Evolução de consultas - Estoque	Eficiência	Mede a evolução da capacidade de análise das consultas em estoque	consultas em estoque Técnicos CGNAL	27 = 6,75 4
Análise do Fluxo de Consultas	Eficácia	Avalia a capacidade de atendimento às consultas encaminhadas à Secretaria	Nº de consultas respondidas Nº total de consultas (fluxo e estoque)	227 = 0,50 452
Evolução de Consultas – Fluxo	Eficiência	Mede a evolução da capacidade de análise dos processos dentro do fluxo	consultas recebidas mês Técnicos CGNAL	38 = 9,5 4
Análise de Produtividade	Eficiência	Avalia a capacidade de trabalho dos técnicos	consultas com análise concluída no mês Técnicos CGNAL	21 = 5,25 4

OBS: Cumpre esclarecer que a consulta é apenas mais uma das atividades desenvolvidas pelo consultor, dentre as quais destacam-se: orientação pessoal e pelo telefone aos entes públicos, análise de legislação, confecção de pareceres e minutas de legislação.

- Estoque = Número de consultas não respondidas em 2011. Adotar sempre o número de consultas não respondidas no ano anterior.

- Fluxo = Número de consultas recebidas no ano, acrescido do número de pareceres e informações confeccionados.

- Consultas recebidas no mês – Total de consultas dividido por 12.

TABELA XVII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - ESTUDOS E PESQUISAS NO ÂMBITO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PPA - DRGPS

	Ação	Estudos e Pesquisas no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – PPA: Programa 0087, Ação 2304 do PPA 2008-2011.
Descrição		1. Desenvolver estudos sobre a Ouvidoria da Previdência Social e as inter-relações entre Previdência e questões regionais. 2. Estudo antropológico-fotográfico sobre o perfil dos povos indígenas das Regiões Norte e Nordeste, bem como a forma de inclusão social desses no sistema previdenciário, até março de 2011.
Meios utilizados		1. Termo de Cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2. Contratação de pessoa jurídica especializada.
Resultado/Produto esperado		1. I – Relatório Metodológico; II - Relatório Parcial; III – Relatório Final. 2. I – Relatório Metodológico; II – Relatório de Pesquisa de Campo; III – Relatório Final.
Responsável		CGEPR – Emanuel de Araujo Dantas.

Meta: 2011 – Desenvolver 50% do estudo 1 e concluir o estudo 2.

Em março de 2011, foram concluídos os trabalhos com a empresa Solar Consultoria Ltda. O estudo relatou questões acerca dos indígenas, nas regiões Norte e Nordeste, e sua relação com a Previdência Social para, em seguida, servir de subsídio a alterações na forma de tratamento desses segurados. O MPS reconhece as dificuldades enfrentadas pelos indígenas quanto a seu acesso aos benefícios previdenciários e buscou, com o estudo, compreender melhor os gargalos desse processo. Com início em agosto de 2010, o estudo foi finalizado em março de 2011.

Em novembro de 2010, foram recebidas pela CGEPR as versões finais dos Relatórios Finais das pesquisas “A Expansão do Emprego Formal sob a Ótica das Empresas”, “Aprofundamento do Diagnóstico do Simples”, “Uma análise da contribuição dos trabalhadores por conta-própria para a previdência social entre 1992 e 2007”, e “Impacto do Plano Simplificado de Previdência sobre as Contribuições à Previdência”, conforme previsto nos Subprojetos 1, 2, 4 e 5 do Termo de Referência Previdência e Mercado Formal de Trabalho, no âmbito do Termo de Cooperação Técnica entre o MPS e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Os demais produtos esperados no âmbito desse termo de cooperação (“Determinantes da Evolução do Emprego Formal”, “Ouvidoria-Geral da Previdência Social” e “Interrelações entre a previdência e as questões regionais”) estão ainda em fase de elaboração devido a dificuldades na execução por parte do IPEA. O termo de cooperação, que tinha prazo de encerramento em setembro de 2010, foi prorrogado, dentro da previsão legal, para mais 24 meses, devendo ter sua finalização até setembro de 2012. No período de 2011 não houve destaque orçamentário no âmbito do TCT.

Indicadores de Eficácia

Taxa de Execução Financeira (TEFin): mensura a razão entre o desembolso realizado e o desembolso previsto para a **ação** no exercício.

$$TEFin = \left[\frac{\sum \text{Desembolso Realizado}}{\sum \text{Desembolso Previsto}} \right] \times 100$$

Taxa de Execução Física (TEFis): mensura a razão entre a quantidade de produtos realizados e a quantidade prevista para a **ação** no exercício.

$$TEFis = \left[\frac{\sum \text{Número de Estudos Realizados}}{\sum \text{Número de Estudos Previstos}} \right] \times 100$$

Avaliação desempenho até dezembro/2011:

TEFin = / *100 = % da meta prevista de execução financeira para o ano.

TEFis = 50% do estudo 1; 50% do estudo 2 = 50% da meta prevista de execução física.

Conclusão: O produto 1 tinha previsão de entrega total até agosto de 2010, mas devido a atrasos na execução, não foi concluído até essa data. O prazo para entrega foi prorrogado mediante justificativa aceitável. Entretanto, após a entrega do relatório preliminar, cujo conteúdo englobava o relatório metodológico, o estudo foi paralisado pelo IPEA. Ainda está em discussão um novo prazo para a entrega do relatório final e não foi realizado nenhum destaque orçamentário para esse projeto. O produto 2 iniciou-se em agosto, conforme o previsto. Porém, houve atraso no cronograma da pesquisa de campo e, por isso, a entrega do terceiro relatório foi prorrogada para 2011. Assim, foi efetuado

pagamento referente à entrega dos dois primeiros produtos (o que representa 50% do projeto), 50% do montante total, e o restante foi pago em março de 2011.

TABELA XVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - EDIÇÃO MENSAL DO INFORME PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS

	Ação	Edição Mensal do Informe de Previdência Social.
Descrição		Publicação mensal de um artigo institucional ou assinado e resultado do RGPS.
Meios utilizados		Elaboração/seleção de artigo e apuração dos resultados.
Resultado esperado		Edição e publicação mensal do Informe.
Responsável		CGEPR – Emanuel de Araujo Dantas.

Meta: Publicar o Informe da Previdência Social todo mês.

Indicador de Eficácia: Índice de Publicação de Informes.

$$TPI = \left[\frac{\sum \text{Número de Informes Publicados}}{12} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2011: 100% da meta anual, ou seja, 12 Informes publicados.

$$TPI = 12/12 \times 100 = 100\%$$

Conclusão: Meta atingida.

TABELA XIX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS

	Ação	Sistematização de informações previdenciárias, acidentárias, socioeconômicas e demográficas do ano anterior em Anuários Estatísticos da Previdência Social.
Descrição		Consolidação/atualização de estatísticas sobre a previdência social e acidentárias do trabalho que subsidiem estudos e análise de alterações na política previdenciária bem como suas interações com questões de mercado de trabalho, demografia e finanças públicas. Publicações divulgadas em papel, CD-ROM e Internet com aplicativos que permitem a construção de séries históricas e tabelas personalizadas.
Meios utilizados		Coleta de dados oficiais nos diversos sistemas informatizados, inclusive mediante tabulações especiais e específicas.
Resultado esperado		Produção e disponibilização pública de: I – AEPS relativo ao exercício anterior, até setembro a versão para Internet; até novembro a versão em CD ROM; e até dezembro a versão impressa. II – AEAT relativo ao segundo exercício anterior, em janeiro, a versão para Internet; em fevereiro, a versão em CD-ROM; e em março a versão impressa.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira

Meta: Publicar e disponibilizar o AEPS e o AEAT, ou seja, 100% da ação total, cujas partes principais são ponderadas pela ordem na razão de 3x1 e em relação às versões: 70% para Internet (A/a); 10% para CD ROM (B/b) e 20% para impressa (C/c).

Indicador de Eficácia: Índice de Anuários Estatísticos editados e divulgados no ano.

$$IAEst = ((A + B + C) + (a + b + c)) / 2$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2011: 100 % da meta anual, ou seja, concluída a produção e divulgação do AEAT 2010 e o AEPS 2010.

$$IAEst = ((70+10+20)+(70+10+20))/2 = 100$$

Conclusão: Meta atingida em 100%.

TABELA XX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - EDITAR BOLETINS ESTATÍSTICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAIS E REGIONAIS - DRGPS

	Ação	Editar Boletins Estatísticos de Previdência Social - Nacionais e Regionais.
Descrição		Informativo mensal com informações gerenciais em nível nacional, e semestral com informações gerenciais em nível regional, sobre concessão e emissão de benefícios, receita previdenciária, grandes números da Previdência Social e índices econômicos. O BEPS Nacional conta ainda com edição mensal em inglês.
Meios utilizados		Extração de dados dos sistemas de benefícios, de arrecadação e outros.
Resultado esperado		Edição mensal de BEPS Nacional, com versões em português e inglês, e duas edições semestrais com dados regionais e estaduais.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: 100% de publicação e disponibilização do Boletim Estatístico de Previdência Social, de âmbito nacional, mensal e nas versões em português (A = 12 edições) e inglês (B = 12 edições), e de dois Boletins Estatísticos de Previdência Social Regionais (C = 2 edições).

Indicador de Eficácia: Índice de Publicação de Boletins Estatísticos da Previdência Social no ano.

$$IPBEPS = (A + B + C)/26 \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2011:

$$IPBEPS = (12 + 12 + 2)/26 \times 100 = 100$$

Em janeiro de 2012 foi atingido 100% da meta estabelecida para o ano. Deve ser observado que o BEPS de dezembro e a segunda edição do BEPS regional, com referência de dezembro, são publicados no mês de janeiro do ano seguinte.

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - APURAR O VALOR MÉDIO DOS BENEFÍCIOS E MINUTAR PORTARIA MINISTERIAL PARA DIVULGAÇÃO DO VALOR APURADO - DRGPS

	Ação	Apurar o valor médio dos benefícios e minutar Portaria Ministerial para divulgação do valor apurado.
Descrição		Calcular mensalmente o valor médio dos benefícios pagos pelo INSS utilizados como parâmetro no sistema de compensação existente entre o RGPS e os RPPS e preparar Portaria Ministerial para sua divulgação
Meios utilizados		Processamento dos valores benefícios pagos e apuração do valor médio dos pagamentos realizados.
Resultado esperado		Preparação mensal de Portaria até o dia 03 de cada mês
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: 100%, que corresponde a apurar e divulgar mensalmente o valor médio dos benefícios previdenciários.

Indicador de Eficácia: Índice de Apuração do Valor Médio dos Benefícios

$$I_{AVM} = \left[\frac{\sum \text{Número de Portarias Publicados}}{12} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro /2011: 100 %da meta anual, ou seja, 12 (doze) Portarias divulgando o valor médio dos benefícios previdenciários.

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 – PREPARAR PORTARIA MINISTERIAL PARA DIVULGAÇÃO DOS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO - DRGPS

	Ação	Preparar Portaria Ministerial para divulgação dos índices de atualização dos salários-de-contribuição.
Descrição		Apurar mensalmente o índice de atualização dos salários-de-contribuição para cálculo do salário-de-benefício, pecúlios e pagamentos de parcelas em atraso, tanto do RGPS como dos RPPS e preparar Portaria Ministerial para sua divulgação.
Meios utilizados		Aplicação dos índices oficiais de atualização sobre os valores vigentes.

Resultado esperado	Preparação mensal de Portaria até o dia seguinte ao de divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Responsável	CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: 100%, que corresponde a apurar e divulgar mensalmente os índices de atualização dos salários-de-contribuição utilizados no cálculo do valor dos benefícios previdenciários.

Indicador de Eficácia: Índice de Apuração de Fatores de Atualização dos Salários-de-Contribuição.

$$IAFA = \left[\frac{\sum \text{Número de Portarias Publicadas}}{12} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2011: 100% da meta anual, ou seja, 12 (doze) Portarias divulgando o valor médio dos benefícios previdenciários.

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - APURAR E DIVULGAR NO SITIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL OS VALORES DE ARRECADAÇÃO E DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS NOS MUNICÍPIOS - DRGPS

	Ação	Apurar e Divulgar no sítio da Previdência Social (Internet) os valores de arrecadação e de pagamento de benefícios nos municípios.
Descrição		Divulgação ao público dos valores arrecadados e emitidos pelo RGPS em cada município brasileiro.
Meios utilizados		Publicação na página de estatísticas da Previdência Social na Internet.
Resultado esperado		Apuração e disponibilização pública dos valores arrecadados e dos benefícios emitidos em cada município brasileiro no exercício anterior.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira

Meta: Publicar até o mês de fevereiro os valores arrecadados e os benefícios pagos pelo RGPS no ano anterior para cada um dos municípios brasileiros.

Indicador de Eficácia: Índice de Divulgação de Valores Arrecadados e Emitidos por Município.

IDVAEM = 1 se publicado ou 0 se não publicado.

Avaliação de desempenho em dezembro/2011: Apurado e divulgado os valores correspondentes a cada município brasileiro.

Conclusão: Meta atingida.

TABELA XXIV - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - PROJETAR RECEITA E DESPESA DO ANO SEGUINTE E DE LONGO PRAZO - DRGPS

	Ação	Projetar receita e despesa do ano seguinte e de longo prazo.
Descrição		Projeções de receitas e despesas do RGPS para subsidiar a elaboração do PLDO e do PLOA do ano, bem como de projeção publicada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional em janeiro de cada ano.
Meios utilizados		Parâmetros previamente definidos e/ou informados pelo MPOG e MF.
Resultado esperado		Apresentar as projeções para os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (Jan); Projeto LDO (Março); Projeto LOA (julho e novembro)
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira

Meta: 100% das projeções a tempo de serem consideradas nos Relatórios e Projetos Governamentais (janeiro, março, julho e novembro) do ano.

Indicador de Eficácia: Índice de Projeção Receita e Despesas.

$$IPRD = \left[\frac{\sum \text{Número de Projeções Produzidas}}{4} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2011: 100 % da meta anual, ou seja, realizadas a tempo as projeções previstas para o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (janeiro); para a LDO 2012 (março), PLOA 2012 (julho) e atualização do PLOA 2012 (novembro).

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXV - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 – ACOMPANHAR EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RGPS E ATUALIZAR PROJEÇÕES PARA FINS GERENCIAIS - DRGPS

	Ação	Acompanhar execução orçamentária do RGPS e atualizar projeções para fins gerenciais.
Descrição		Produção de projeções mensais de receitas e despesas do RGPS, para fins de acompanhamento e gerenciamento desse Regime.
Meios utilizados		Parâmetros informados pela SPE/MF e obtidos no Fluxo de Caixa do INSS.
Resultado esperado		Divulgação interna de 14 projeções de receitas e despesas do RGPS.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: Realizar 14 projeções anuais, sendo 11 do ano em curso 1 do ano anterior e 2 do ano posterior.

Indicador de Eficácia: Índice de Acompanhamento e Atualização de Projeções.

$$IAAP = \left[\frac{\sum \text{Número de Projeções Realizadas}}{14} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2011:

Realizadas 14 projeções no ano, sendo 1 referente ao ano de 2010, 11 referente ao ano de 2011 e 2 referentes ao ano de 2012, correspondendo a 100% da meta estimada.

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXVI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - DISPONIBILIZAR DADOS PARA INDICADORES DE ACIDENTES DO TRABALHO DA REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE – RIPSA - DRGPS

	Ação	Disponibilizar dados para indicadores de Acidentes do Trabalho da Rede Interagencial de Informações para Saúde – RIPSA.
Descrição		Fornecer à RIPSA indicadores específicos de mortalidade e morbidade relacionados a acidentes do trabalho.
Meios utilizados		Extração de dados oficiais nos sistemas de concessão e manutenção de benefícios da Previdência Social, e de registro de Comunicações de Acidentes do Trabalho – CAT.
Resultado esperado		Compor quadro geral sobre indicadores de mortalidade e morbidade publicado anualmente pela RIPSA.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: Encaminhar à RIPSA, para divulgação, 1 indicador de mortalidade e 3 indicadores de morbidade relacionados a acidentes do trabalho.

Indicador de Eficácia: Índice de Produção de Indicadores RIPSA, onde m é o mês de referência para envio dos dados e t é o mês do efetivo envio dos dados. Como os dados são normalmente encaminhados no mês de outubro, m assume o valor 10, correspondente a esse mês. Se o envio for feito em setembro, o Índice seria igual a 1 e se for feito em novembro o Índice seria igual a -1. Assim, quanto maior a diferença $(m - t)$ mais eficaz terá sido o trabalho desenvolvido.

$$IPIRIPSA = (m - t)$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2011:

$$IPIRIPSA = (10-11) = -1$$

Conclusão: Os dados de 2010 foram encaminhados à RIPSA em novembro de 2011.

TABELA XXVII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL DE INTERESSE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS

	Ação	Análise de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que envolva matéria de interesse da Previdência Social (PL, Substitutivos, Propostas de Emendas Constitucionais; Voto em Separado).
Descrição		Anualmente centenas de alterações legislativas que guardam vinculação com o RGPS são propostas e/ou votadas no Congresso Nacional, competindo a este Ministério analisá-las visando esclarecer e informar acerca de aspectos técnicos, em especial no que se refere à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial e a observância da exigência constitucional de criação, concomitante, da respectiva fonte de custeio.
Meios utilizados		Articulação com a Assessoria de Assuntos Parlamentares para remessa à SPPS dos projetos em tramitação relevantes para Previdência Social.
Resultado esperado		Manifestação apresentada em 100% dos Projetos remetidos ao Ministério, em prazo compatível com as votações nos órgãos do Congresso.
Responsável		CGLEN – Dênisson Almeida Pereira.

Meta: Análise de 100% das Proposições Legislativas remetidas à Coordenação.

Indicador de Eficácia: Percentual de Proposições Legislativas Analisadas- PPLA.

$$PPLA = \left[\frac{\sum \text{Número de Proposições Legislativas Analisadas}}{\sum \text{Total de Proposições Legislativas Recebidas}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2011:

$$PPLA = 138/138 \times 100 = 100\%$$

Conclusão: Meta atingida.

TABELA XXVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO - ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ATO LEGISLATIVO/REGULAMENTAR (ANTEPROJETO DE LEI/MEDIDA PROVISÓRIA, MINUTAS DE DECRETOS E PORTARIAS)

	Ação	Elaboração de proposta de ato legislativo/regulamentar (anteprojeto de Lei/Medida Provisória, minutas de decreto e portaria). Em 2011, permanece maior relevância para a elaboração de anteprojeto de Lei visando eliminar fragilidades da legislação em relação à concessão de benefícios e de propostas de Decreto para introduzir ajustes no Regulamento da Previdência Social, de acordo com as necessidades.
Descrição		A legislação previdenciária necessita de ajustes para adequá-la às novas realidades demográficas e a novas tecnologias de controle na concessão de benefícios. Por tais razões é necessária a realização de ajustes nas normas referentes à concessão de alguns benefícios com vistas à preservação do interesse público.
Meios utilizados		Estudos técnicos para detecção das vulnerabilidades existentes e redação das alterações propostas na legislação pertinente.
Resultado esperado		Disponibilização ao Gabinete Ministerial de anteprojeto.
Responsável		CGLEN – Dênisson Almeida Pereira.

Meta: Elaborar 10 proposições.

Indicador de Eficácia: Percentual de Proposições Regulamentares Elaboradas- PPRE.

$$PPRE = \left[\frac{\sum \text{Número de Proposições Elaboradas}}{\sum \text{Número de Proposições Planejado}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2011: $PPRE = 8/10 \times 100 = 80\%$

Conclusão: Meta parcialmente atingida. No que se refere ao anteprojeto de Lei visando eliminar fragilidades da legislação em relação à concessão de benefícios, a proposição foi concluída, embora não tenha havido, em 2011, decisão de formalizar o PL e dar seguimento à proposta.

TABELA XXIX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - ATENDIMENTOS A DEMANDAS INTERNAS DO MPS E SEUS ÓRGÃOS, BEM COMO DE SEGURADOS/CONTRIBUÍNTES - DRGPS

	Ação	Atendimentos a demandas internas do MPS e seus Órgãos, bem como demandas de segurados/contribuintes diretamente ou redirecionados (Cartas, Correspondências eletrônicas, Atendimentos telefônicos, Atendimentos em sala, Palestras, Notas Técnicas, Memorandos, Atualização de Folders, Textos, Cartilhas Institucionais, Participações em Negociações de Acordos Internacionais, Participações em Comissões Nacionais e Grupos de Trabalhos, Seminários, Manifestação técnica para Subsidiar defesa da União/INSS em Ações Judiciais).
Descrição		Responder a dúvidas e ou questionamentos sobre matérias relacionadas à legislação previdenciária.
Meios utilizados		Estudo Técnico, Pesquisa e análise da legislação pertinente para atendimento da demanda.
Resultado esperado		Demandas atendidas/Encaminhadas.
Responsável		CGLEN – Dênisson Almeida Pereira.

Meta: Atendimento a 100% das Demandas Internas remetidas à Coordenação.

Indicador de Eficácia: Percentual de Atendimento de Demandas Internas – PADI.

$$PADI = \left[\frac{\sum \text{Número de Demandas Internas Atendidas}}{\sum \text{Total de Demandas Internas}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2011:

$PADI = 2.068/2.609 \times 100 = 99,95\%$

Conclusão: Meta parcialmente atingida.

TABELA XXX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 - ATENDIMENTO A DEMANDAS DE OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER PÚBLICO – DRGPS

	Ação	Atendimentos a demandas de outros Órgãos/Entidades do Poder Público (Análises de posições regulamentares de outros órgãos, Ofícios, Razões de Veto, Aviso Autógrafos de PL's, Análises de Processos Encaminhados pelo INSS).
Descrição		Responder a dúvidas e ou questionamentos sobre matérias relacionadas à legislação previdenciária.

Meios utilizados	Estudo Técnico, Pesquisa e análise da legislação pertinente para atendimento da demanda.
Resultado esperado	Demandas atendidas/Encaminhadas.
Responsável	CGLEN – Dênisson Almeida Pereira.

Meta: Atendimento de 100% das Demandas de Órgãos/Entidades do Poder Público remetidas à Coordenação.

Indicador de Eficácia: Percentual de Atendimento de Demandas de Órgãos/Entidades do Poder Público – PADE.

$$PADE = \left[\frac{\sum \text{Número de Demandas Atendidas}}{\sum \text{Total de Demandas}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2011:

$$PADE = 29/32 \times 100 = 90,63\%$$

Conclusão: Meta parcialmente atingida. Deve-se observar que as demandas não atendidas foram recebidas nos meses de novembro e dezembro de 2011.

TABELA XXXI – INDICADORES DE DESEMPENHO 2011 – PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO NAS DEMANDAS ORIGINÁRIAS DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES E NOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO – DRGPS

	Ação	Atendimentos a demandas de outros Órgãos/Entidades do Poder Público (Análises de posições regulamentares de outros órgãos, Ofícios, Razões de Veto, Aviso Autógrafos de PL's, Análises de Processos Encaminhados pelo INSS).
Descrição		Responder a dúvidas e ou questionamentos sobre matérias relacionadas à legislação previdenciária.
Meios utilizados		Estudo Técnico, Pesquisa e análise da legislação pertinente para atendimento da demanda.
Resultado esperado		Manifestar-se em até 30 dias a demandas de outros órgãos e nos projetos em trâmite no Congresso recebidos.
Responsável		CGLEN – Dênisson Almeida Pereira.

Meta: Manifestação em, no máximo, 30 dias.

Indicador de Eficácia: Percentual de Atendimento de Demandas de Órgãos/Entidades do Poder Público em até 30 dias.

$$PADE = \left[\frac{\sum \text{Número de Demandas Atendidas em até 30 dias}}{\sum \text{Total de Demandas}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2011:

$$PADE = 305/377 \times 100 = 80,90 \%$$

Conclusão: Meta parcialmente atingida. As demais demandas que não foram atendidas no prazo de 30 dias foram atendidas em até 60 dias da data de recebimento.

3 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não informado porque a UJ não é Unidade Orçamentária – UO. Informado no RG 2011 da UJ /Secretaria Executiva do MPS, responsável pela gestão dos recursos financeiros.

4 - INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

TABELA XXXII - SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2009	6.860	-	-	6.860
2010	56.798	20.468	36.330	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	144.726	139.583	5.143	0
2010	269.337	201.681	67.655	0
Observações: 1 - Decreto nº. 7.477, de 10 de maio de 2011, que altera os Anexos III, IV, VII, VIII e X do Decreto nº. 7.445, de 1º de março de 2011. 2 - Decreto nº. 7.568, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; 3 - Quanto aos RP processado de 2009, pendente, o valor de R\$ 6.860,00 refere-se a saldo não utilizado de descentralização externa à Fundação Universidade de Brasília – FUB e será objeto de cancelamento.				

Fonte: SIAFI Gerencial – 30/01/2012

Os Termos de Cooperação seriam inexecutáveis se não houvesse a possibilidade de inscrição de valores em restos a pagar, devido ao fato de que os recursos financeiros foram sempre liberados no final do exercício, ocorrendo assim uma execução factível e real sem desperdício dos recursos públicos envolvidos, ao mesmo tempo houve períodos que demandaram mais de um exercício para a utilização desses recursos.

5 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

a) Composição do Quadro de Servidores Ativos

TABELA XXXIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	127	13	13
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	-	127	13	13

1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	49	7	4
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	5	1	1
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	73	5	8
2	Servidores com Contratos Temporários	-	12	22	9
3	Total de Servidores	-	139	35	22

TABELA XXXIV - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	1 (Licença para tratamento saúde –art. 202 da Lei 8.112/90)
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: DW SIAPENET

TABELA XXXV - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo em comissão	50	49	12	13
1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	50	49	12	13
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	3	2	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	3	0	0
1.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	25	6	3
1.2.4 Sem vínculo	0	18	4	7
1.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2 Funções gratificadas	19	15	1	2
2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	11	1	2
2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	4	0	0
3 Total de servidores em cargo e em função (1+2)	69	64	13	15

Fonte: DW SIAPE

TABELA XXXVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	17	15	18	34	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	11	13	16	32	9
1.3. Servidores com Contratos Temporários	6	2	2	2	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0
2.Provimento de cargo em comissão	6	13	21	20	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	11	14	16	3
2.3. Funções gratificadas	1	2	7	4	1
2. Total	23	28	39	54	13

Fonte: DW SIAPE

Informado exclusivamente o quantitativo de servidores de carreira vinculados ao órgão.

TABELA XXXVII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	1	1	3	22	66	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	1	3	20	56	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	2	10	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	1	2	1	21	37	0	2	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	14	33	0	2	0

2.3. Funções gratificadas	0	1	2	1	7	4	0	0	0
3. Totais	0	2	3	4	43	103	0	2	0

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: DW SIAPE

Informado exclusivamente o quantitativo de servidores de carreira vinculados ao órgão.

b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

c) Composição do Quadro de Estagiários

TABELA XXXVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Composição do Quadro de Estagiários: Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) – Situação em 31/12/2011

em 31/12/2011					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim					
SPPS	9	9	3	2	R\$ 10.463,21
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
Nível Médio					
Área Fim					
SPPS	5	6	2	1	R\$ 4.732,40
TOTAL GERAL	14	15	5	3	R\$ 15.195,61

Fonte: DW SIAPE

d) Custos associados à manutenção dos Recursos Humanos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

e) Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

Análise crítica sobre a situação de recursos humanos

A Secretaria de Políticas de Previdência Social continua extremamente deficiente de recursos humanos em quantidade e em qualificações técnicas adequadas às suas competências, ocorrência repetitiva ao longo do tempo, inclusive em relação ao ano de 2011, fato esse também explicitado no Relatório de Gestão de 2010.

A SPPS permaneceu em situação crítica quanto à composição do seu quadro de servidores, extremamente deficitário e dependente de cessão de servidores do INSS e do Ministério do Planejamento.

A Secretaria recebeu, em fins do mês de dezembro de 2011, 02 (dois) Especialistas em Política Pública e Gestão Governamental, vinculados ao Ministério do Planejamento.

No tocante ao Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP o seu quadro de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com exercício fixado no MPS, nos termos do art. 11, § 2º da Lei nº. 11.457/2007, permanece muito reduzido, totalizando 59 (cinquenta e nove), sendo 34 (trinta e quatro) em atividades de auditoria direta, sediados em diversos Estados da Federação, 12 (doze) em atividades internas e/ou auditorias indiretas e 13 (treze) lotados nos diversos setores do Departamento, ou seja, em atividades internas, inclusive gerenciais, ocupando funções remuneradas para atividades específicas, especializadas e próprias da carreira. O efetivo de Auditores Fiscais ideal é de 140 (cento e quarenta), em face da demanda presente e crescente e devido a distribuição geográfica.

Além dos auditores fiscais faz-se necessário a incorporação aos quadros do DRPSP de atuários, estatísticos, contadores, especialistas em investimentos, bem como de outros servidores com formação superior e especialização em temas específicos da área de atuação do Departamento.

No Departamento do Regime Geral de Previdência Social permanece a carência de servidores de modo geral, e em especial de atuários, estatísticos, assistentes jurídicos, especialistas em temas do Departamento e gestores governamentais, para suportar as crescentes demandas da sociedade para lá direcionadas.

O Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSSO permanece extremamente carente de recursos humanos, que vem sendo superada em parte, e não de acordo com as suas necessidades, mediante convocação de servidores do INSS lotados em Agências e Gerências de diversas unidades da federação, especialmente para execução de atividades vinculadas à análise de processos do Fator Acidentário de Prevenção – FAP.

A cessão de servidores do INSS de forma contínua torna o recolhimento do SAT/FAP mais imediato, impedindo o efeito suspensivo protelatório de muitas empresas.

Vários outros projetos desenvolvidos diretamente ou acompanhados pelo Departamento também têm sido prejudicados no seu desenvolvimento, acarretando perda na qualidade e atraso na execução, devido à insuficiência ou não qualificação da mão-de-obra em virtude do último concurso ter sido direcionado a agentes administrativos. Adiante estão citados alguns dos projetos que estão sendo prejudicados, em menor ou maior grau, devido à mencionada carência de servidores:

- Elaboração e implementação do Formulário Eletrônico do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;

- Elaboração de instrumento para aprimoramento de coleta de informações sobre acidentes e doenças do trabalho;
- Acompanhamento e revisão da matriz do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP e revisão da lista de doenças profissionais, entre outros;
- Participação cada vez mais efetiva nas comissões nacionais que tratam de temas relativos à saúde e segurança dos trabalhadores das diversas atividades econômicas nacionais e seus desdobramentos em nível estadual e regional;

Há carência de uma equipe de estudos e pesquisas de Saúde e Trabalho no DPSSO, o que coloca a necessidade permanente da SPPS em estabelecer cooperação com universidades públicas especialistas na matéria.

Assim, a reestruturação do Departamento passa necessariamente pela criação de uma Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas (DAS 1.4), uma coordenação (DAS 1.3) e na Coordenação-Geral de Monitoramento de Benefícios por Incapacidade, uma coordenação (DAS 1.3), visando atender as demandas relacionadas aos temas saúde e segurança ocupacional do trabalhador.

Para suprir a carência de pessoal do Departamento faz-se necessário a disponibilização de 30 (trinta) servidores, distribuídos em carreiras específicas dos quadros do MPS de nível médio e superior.

6 - INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Em dezembro de 2011 foi celebrado Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social – MPS e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, destinado à realização de estudos e pesquisas para fomentar a implementação de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS em municípios sediados no Estado do Rio Grande do Norte, que será executado mediante destaque orçamentário e deverá ocorrer de dezembro/2011 a dezembro/2013, atingindo o montante total de R\$ 850.554,00 (oitocentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), sendo transferido em 2011 a importância de R\$ 370.925,00 (trezentos e setenta mil, novecentos e vinte e cinco reais), ficando o saldo restante de R\$ 479.629,00 (quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais) para execução em 2012/13.

TABELA XXXIX – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência							Valores em R\$ 1,00		
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Previdência Social									
CNPJ: 00.394.528/0001-92				UG/GESTÃO: 330010					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	*	24.365.710/001-83	850.554	0	370.925	479.629	21/12/2011	31/12/2013	1

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

* O número do Instrumento não foi registrado no SIAFI.

TABELA XL – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério da Previdência Social						
CNPJ: 00.394.528/0001-92				UG/GESTÃO: 330010		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação	2	0	0	1.210.486,00	24.114,00	370.925,00
Termo de Compromisso						
Totais	2	0	0	1.210.486,00	24.114,00	370.925,00

Fonte: SIAFI

TABELA XLI – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE**Resumo dos instrumentos de transferência que vigoram em 2011 e exercícios seguintes**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Previdência Social					
CNPJ: 00.394.528/0001-92			UG/GESTÃO: 330010		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	1	-	370.925,00	479.629,00	43,57
Termo de Compromisso					
Totais	1	-	370.925,00	479.629,00	43,57

Fonte: SIAFI

7 - DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº. 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Não ocorreu no período.

8 - INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº. 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 3º Andar

CEP 70.059-900, Brasília – DF.

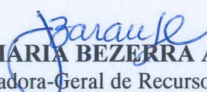
Fone: (61) 2021-5401. E-mail: cgrh@previdencia.gov.br

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para fins de atendimento ao disposto no item 08, do anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, que os servidores abaixo relacionados, elencados no Rol de Responsáveis da Secretaria de Políticas de Previdência Social deste Ministério, encontram-se em dia com a obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas/autorização de acesso referente ao ano calendário 2010, exercício 2011, de que trata a Lei nº 8.730, de 10 novembro de 1993, perante esta Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

NOME	CPF
FERNANDO RODRIGUES DA SILVA	074.957.108-02
LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES	436.473.754-20
OTONI GONÇALVES GUIMARÃES	183.642.841-34
DELÚBIO GOMES PEREIRA DA SILVA	274.991.971-15
REMÍGIO TODESCHINI	764.403.628-87
JOÃO DONADON	334.479.698-49
ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI	147.972.178-63

Brasília, 14 de março de 2012.


JOSIMARIA BEZERRA ARAÚJO
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos

9 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.

TABELA XLII - ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO

Estrutura de controles internos da UJ						
Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
a) Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
b) Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
c) Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
d) Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos			x		

e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
e) Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais: Há necessidade de se implementar várias ações para a melhoria dos variados aspectos do sistema de controle interno da SPPS, passando necessariamente pela agregação de servidores especialistas aos seus quadros e de capacitações nas variadas áreas, especialmente em matérias relacionadas a controle interno, propiciando a implantação automática de uma cultura própria no assunto. Para preenchimento desta Tabela o assunto foi debatido com os Diretores dos 3 (três) Departamentos integrantes da estrutura da SPPS, bem como com o Sr. Secretário.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº. 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.

TABELA XLIII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		

5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Os produtos adquiridos referem-se a canetas, bolsas de pastas de diversos modelos utilizados em eventos (seminários, workshops, etc.) promovidos pela SPPS/MPS.			x		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			x		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			x		
Considerações Gerais: As aquisições de materiais e bens diversos para uso pela SPPS são realizadas pela SOAD, ficando sob responsabilidade da Secretaria a elaboração de Termos de Referência – TDR para contratação de serviços de consultorias de pessoas físicas e jurídicas, de estudos, pesquisas, publicações de temas previdenciários, avaliações atuariais e recadastramentos, dentre outros, decorrentes de acordos de empréstimos com organismos internacionais, na sua maioria, bem como de valores inseridos no orçamento da SPPS para fins específicos. LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

TABELA XLIV - GESTÃO DA TI DA UJ

Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
a) Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		x			
b) Perfil dos recursos humanos envolvidos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
c) Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
d) Desenvolvimento e produção de sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			x		
Considerações Gerais: A SPPS, como de modo geral todo o MPS, é muito dependente da DATAPREV, sendo notória a insuficiência de servidores nos quadros daquela Empresa para atendimento de demandas dentro de prazos razoáveis. Assim, a SPPS necessita negociar prioridades para atendimento, implicando em atrasos e na prestação de serviços, via de regra, inadequados à sociedade brasileira. Para preenchimento desta Tabela o assunto foi debatido com os Diretores dos 3 (três) Departamentos integrantes da estrutura da SPPS, bem como com o Sr. Secretário.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

14 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15 - INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO

Não houve Acórdãos do TCU no período.

Recomendações da OCI atendidas no exercício.

TABELA XLV - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224745	Constatação 1.1.1.2	Of.15020/DPPAS/DP/SFC/ CGU-PR/2009
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Estabelecer, junto ao órgão responsável pela definição da estratégia de tecnologia da informação no âmbito do MPS (Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicações da Previdência Social), projeto com vistas ao desenvolvimento de rotinas que permitam a adoção de sistemática de monitoramento dos prazos em PAP, bem como integração entre os sistemas existente na SPPS.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
Foi solicitado pela SPPS (Memorando nº. 317/GAB/MPS, de 15/07/2009) ao Presidente do Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação da Previdência Social projeto para o desenvolvimento de sistema de monitoramento dos prazos de conclusões de decisões previstos pela Portaria MPS nº 064/2006 no âmbito do Processo Administrativo Previdenciário - PAP. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP Enquanto não disponibilizada ferramenta corporativa de TI, está sendo utilizado aplicativo desenvolvido internamente, no âmbito da CGACI, instalado na rede interna, que além de controlar as ações de auditoria direta e dos auditores, efetua o cadastramento e controle da tramitação do PAP e das decisões exaradas, além do acompanhamento por meio de planilhas das fases dos processos, dos prazos, da distribuição aos analistas e dos resultados. É efetuado também o controle dos registros no CADPREV. Por seu turno, desde 2010 passou-se a emitir Despacho Decisório de plano nos casos de NAF não impugnadas com inserção das irregularidades apontadas no CADPREV.			
Síntese dos resultados obtidos			

De modo geral as metas estabelecidas foram alcançadas pelo DRPSP, apesar do não atendimento quanto ao desenvolvimento de sistema pela DATAPREV. As situações de descumprimento do prazo previsto no art. 19 da Portaria MPS nº 064/2006 foram imediatamente regularizadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Falta de pessoal, restrição orçamentária que dificultou a convocação de auditores-fiscais analistas.

TABELA XLVI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224745	Constatação 1.1.2.1	Of.15020/DPPS/DP/SFC/CGU-PR/2009
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Criar uma rotina ou funcionalidade no sistema CADPREV para monitoramento de prazos/exigências que permita identificar, de maneira mais racional possível, as ocorrências de descumprimento ou intempestividade, por parte dos RPPS, e, conseqüentemente, permita alterar o critério para a condição de "irregular"; ou, quando possível, que essa alteração se processe de forma automática. O Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicações da Previdência Social é o órgão competente para priorizar as demandas de soluções de sistemas/informática, conforme prevê a Portaria Conjunta nº 01/2008, do MPS/INSS/DATAPREV.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
A SPPS encaminhou o Memorando nº 317/GAB/SPPS/MPS, de 15/07/2009, ao Presidente do Comitê de Segurança e tecnologia da Informação e Comunicações da Previdência Social com vistas a que seja adotado um procedimento de verificação sistemática de cumprimento de exigências referente ao “equilíbrio financeiro e atuarial” de modo a não mais permitir que o critério permaneça na condição “em análise” por mais de 180 dias. Também foi solicitada a criação de uma rotina, ou funcionalidade, no sistema CADPREV para monitoramento de prazo/exigências que permita identificar, de maneira mais racional possível, as ocorrências de descumprimento ou intempestividade, por parte dos RPPS, e, conseqüentemente, permita alterar o critério para a condição “irregular”; ou, quando possível, que essa alteração de processo de forma automática. A implementação da recomendação deverá ser avaliada durante os trabalhos de monitoramento e/ou durante a auditoria de acompanhamento. São soluções que independem da CGAAI e do DRPSP, ou seja, estão a cargo das instâncias referidas no citado Memorando nº 317/GAB/SPPS/MPS, de 15/07/2009, da lavra do então Senhor Secretário de Políticas de Previdência Social. Todas as ações de desenvolvimento de sistemas da área de TI são processadas pela DATAPREV, a quem compete destacar técnicos para o cumprimento da demanda, e dependem de previsão orçamentária/financeira no Contrato MPS/DATAPREV, cuja gestão é da Coordenação Geral de Informática do MPS - CGI. Ademais, existe ainda a figura do Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação da Previdência Social, do qual a área responsável por definição das demandas, o Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, não faz parte. Dessa forma, tão somente a gestão sobre a identificação de necessidades, a definição e aceitação dos produtos estão sob a responsabilidade da Secretária de Políticas de Previdência Social - SPPS, atualmente sob a égide da Portaria da Secretaria Executiva do MPS nº 3.015, de 28/12/2010, DOU de 29/12/2010. Dentre as ações de TI sob a gestão do DRPSP, destaca-se o estabelecimento da demanda junto à DATAPREV e CGI, via Sistema PREVDemandas. Assim, para atender as ações pertinentes ao Processo Administrativo Previdenciário - PAP, foi cadastrado no PREVDemandas a ação nº 46, em 05/07/2007, quando se iniciou o processo de definição, o qual, em seguida e por decisão unilateral da DATAPREV, foi suspenso. Além disso, somente em 12/06/2010, tivemos a posição oficial da DATAPREV, via Ofício nº 14/2009/DRP, mediante o qual fora enviado o Plano de Ação 2009/2010. Entretanto, poucas ações foram efetivadas.			

Quanto ao Plano de Ação, o então Secretário de Políticas de Previdência Social se manifestou junto à DATAPREV nos termos do Ofício 435/2009, sendo respondido pelo Ofício nº. 100/2009. Ainda, sobre o citado Plano de Ação, cumpre-se enfatizar que o DRPSP encaminhou ao Senhor Secretário de Políticas de Previdência Social o despacho sobre o assunto em epígrafe, tendo o mesmo sido devolvido por aquela Autoridade sem nenhum comentário sobre as medidas adotadas em relação às ações internas, podendo-se, contudo, inferir-se que se buscou solução via Memorando nº 317/GAB/MPS. Ademais, somente em 12/02/2010, foi apresentado a este Departamento o Planejamento/DATAPREV para o atendimento das ações ali expostas.

E, por fim, o que se tem atualmente como encaminhamento sobre o desenvolvimento do Sistema para Auditoria é o compromisso da DATAPREV exposto no documento de Planejamento do Plano de Ação, cuja implementação do projeto ainda que prevista para o 3º e 4º bimestres, persiste, até o momento, sem qualquer manifestação por parte da DATAPREV, contudo, esperando-se que ocorra ainda no 4º bimestre.

Por oportuno, quanto a possível melhora no acompanhamento do critério "Equilíbrio Financeiro e Atuarial" entende-se que, no momento da modernização dos Módulos Internos do CADPREV, poder-se-á implementar algumas ações, sem contudo, dispensar-se a ação de pessoas. Nesse sentido, há que ser observado que de acordo com o planejamento para cumprimento do Plano de Ação, as atividades de modernização do CADPREV que vinculam o Equilíbrio Financeiro e Atuarial estão previstas apenas para 2011, sem especificação de datas (último documento anexo), apesar da definição preliminar da modernização ter ocorrido em 08/10/2007 conforme Declaração de Escopo e Demanda nº 29.282.

Desde o 2º bimestre de 2011, com a implantação do Demonstrativo da Política de Investimentos e do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos, foi aperfeiçoado o acompanhamento, controle e supervisão das aplicações dos ativos garantidores dos planos de benefícios dos entes instituidores de RPPS e de sua conformidade à Resolução CMN nº 3.922/2010.

A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.

Por seu turno, importante salientar quanto ao acompanhamento do equilíbrio financeiro e atuarial, que foi desenvolvido, provisoriamente, o aplicativo Atuarial.Net, instalado na rede interna da SPPS, que possibilita a análise dos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial, a emissão de Notificação de Irregularidade Atuarial – NIA, de Despachos de Atuarial e o controle dos prazos das notificações e, do status do critério no CADPREV. Assim, por conseguinte, o Departamento efetua o controle dos prazos e registros no CADPREV, no entanto, o registro de irregularidade por preclusão do prazo de resposta ainda não ocorre de forma automática, sendo precedido pelo controle no aplicativo e auxiliado por acompanhamento em planilhas “excel”.

Síntese dos resultados obtidos

O Resultado da análise do critério equilíbrio financeiro e atuarial tem alcançado bons resultados, mas ainda se resente de ferramenta de Tecnologia de Informação que efetue a interação com o CADPREV e outros sistemas e que possibilite o aperfeiçoamento das análises.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Falta de pessoal

TABELA XLVII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	237677	Constatação 3.1.1.1	Of. 3753/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
A SPPS, mesmo considerando as reconhecidas ações de melhoria que vem adotando em relação a todo o processo gerencial de auditorias diretas, indiretas e em relação aos procedimentos de instrução e decisório de PAP, deverá adotar como meta para 2010, e para implementação já a partir do 1º semestre de 2011, a formalização e definição de critérios orientadores como forma de dar maior transparência ao processo de programação, bem como para servir de uso referencial aos auditores, mitigando e discreditariedade e objetividade destes na seleção de RPPS a serem auditados.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público	38296
Síntese da providência adotada:	
Em 2011, conforme Orientação Interna nº 04/SPPS, foram formalizadas e estabelecidas as diretrizes a serem observadas no planejamento anual das auditorias diretas dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, instituindo o Indicador de Planejamento de Auditoria – IPA, com a finalidade de subsidiar a seleção dos RPPS a serem auditados prioritariamente. Para operacionalizar o IPA, foi construída uma ferramenta interna, o aplicativo SIPAD – Sistema Integrado de Planejamento de Auditoria Direta, com a finalidade de registrar os procedimentos de análise, auditoria prévia e seleção dos RPPS a ser incluídos na Programação de Auditoria Direta, em cada exercício. Destaca-se o desenvolvimento interno do “Aplicativo de Programação. NET” para elaboração do cronograma de atividades a serem desenvolvidas pelos auditores-fiscais externos e de verificação de sua compatibilidade ao planejamento. Assim, foram institucionalizadas estas ferramentas de planejamento e programação, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Departamento e pelos índices de cálculo que compõem o IPA, que mensuram, a partir dos dados constantes do CADPREV, e, alimentados pelas informações dos demonstrativos, o repasse das contribuições ao RPPS, a consistência das informações financeiras e atuariais, entre outros. Por seu turno, a Coordenação de Auditoria efetua o controle e a supervisão do planejamento e da programação de auditorias, tendo em vista às várias demandas externas recebidas. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Previdência Permanente – PPP.	
Síntese dos resultados obtidos	
A partir do arcabouço normativo e dos aplicativos desenvolvidos internamente, o planejamento e a programação de auditorias foram aperfeiçoados.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Falta de desenvolvimento de ferramenta corporativa de TI. Carência de servidores para formar uma equipe exclusiva de planejamento.	

TABELA XLVIII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	237677	Constatação 3.1.3.1	3753/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Identificar e corrigir a superposição de atividades operacionais nos processos executados pela CGAAI/SPPS.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
O equilíbrio financeiro e atuarial não está mais sendo tratado em Processo Administrativo Previdenciário – PAP, em consonância com o previsto no art. 10, §4º, I, da Portaria MPS nº 204/2008. Em decorrência foi elaborado o Manual de Procedimentos para Análise do Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA dos RPPS, bem como da solução de tecnologia da informação, ainda não corporativa, do software denominado “Aplicativo de Apoio Atuarial” com a finalidade específica de emissão e controle das Notificações de Irregularidade Atuariais - NIA encaminhadas eletronicamente aos entes federativos. Os trabalhos de análise do EFA, emissão das NIA e análise das respostas e informações estão sendo feitas quase que totalmente de forma descentralizada pelos Auditores Fiscais Externos, coordenada pelo Departamento, que mantém, inclusive, um núcleo de auditores-fiscais em plantão, embora, ainda com dificuldades operacionais, especialmente, em razão da precariedade de comunicação com a Rede de Sistemas do MPS e pela não disponibilização de equipamentos e ferramentas específicas adequadas aos servidores, em que pese já se ter apresentado projeto neste sentido. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Previdência			

Permanente – PPP.
Síntese dos resultados obtidos
Meta alcançada com a correção de superposição das atividades operacionais.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Falta de pessoal para uma melhor estruturação da supervisão do equilíbrio financeiro e atuarial, não disponibilização de equipamentos e ferramentas corporativas adequadas aos servidores, em que pese já termos apresentado projeto neste sentido.

TABELA XLIX - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	244086	Constatação 1.1.2.2	Of.18904/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Que a Secretaria de Políticas de Previdência Social acompanhe o Regime Próprio da União, bem como atue junto aos órgãos competentes, apontando falhas e propondo soluções e alterações legislativas e estruturais para o restabelecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado por intermédio do Ofício nº. 37/SPPS/MPS a Nota Técnica SPPS nº. 5, de 28/01/2010, que discorre sobre diversas inadequações observadas no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores da União. Foi elaborado, em 06/10/2011, no âmbito da CGACI, o estudo contendo Simulações Atuariais do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos da UNIÃO, como em outros exercícios. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Previdência Permanente – PPP. Importante frisar que a SPPS, em articulação com áreas competentes do MPOG, está trabalhando em minuta de projeto de lei, objetivando a reestruturação do RPPS da União no intuito de adequá-lo aos preceitos constitucionais, além da estruturação do SRPPS – Sistema dos Regimes de Previdência dos RPPS.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação atendida dentro do âmbito de competência do DRPSP. Pois para atendimento da meta, será necessária a alteração da Lei 8.112/1991, com competência pelo MPOG.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ainda não apresentação de proposta de projetos de lei que busque a adequação da legislação e unidade de gestão, como dito, está em processo de discussão.			

TABELA L - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

1	244086	2.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Recomenda à SPPS a construção de indicadores que retratem as atividades mais essenciais do Departamento do Regime Geral de Previdência Social – DRGPS.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento do Regime Geral de Previdência Social – DRGPS			33233
Síntese da providência adotada:			
Elaborado Plano de Providências Permanente, enviado à Controladoria Geral da União, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, com a definição dos indicadores.			
Síntese dos resultados obtidos			
De modo geral as metas estabelecidas foram alcançadas pelo DRGPS, sendo detalhadas no Relatório de Gestão 2011 da SPPS.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A grande dificuldade na elaboração dos indicadores se deve ao fato de que o DRGPS trata basicamente de elaboração e avaliações de proposições de leis, da elaboração e divulgação de informações previdenciárias, da realização de estudos, etc., que apresentam enormes dificuldades para definição de índices objetivos e que retratem a real mensuração de resultados. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.			

TABELA LI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	237677	Constatação 3.1.3.1	3753/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Avaliar o uso de critérios de amostragem na análise e emissão de decisórios de PAP não impugnados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
São emitidos Despachos Decisórios de plano nos casos de Notificações de Auditoria-Fiscal não impugnadas com a consequente inserção das irregularidades apontadas no CADPREV, após a expiração do prazo legal. As impugnações apresentadas fora do prazo ou após a emissão do despacho, em atendimento ao princípio da verdade material que norteia o procedimento administrativo, são objeto de análise do mérito e tratados como justificativas de regularização, conforme determinado pelo art. 18 da Portaria nº 064/2006 e geram a emissão de despachos dos quais o ente e a entidade gestora do RPPS são cientificados para providenciar a adequação das irregularidades pendentes. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.			
Síntese dos resultados obtidos			
De modo geral as atividades desenvolvidas pelo Contencioso (PAP) alcançaram os resultados pretendidos pelo DRPSP, sendo detalhadas no Relatório de Gestão 2011 da SPPS, em que pese a carência de uma ferramenta de TI institucional que possibilite o aperfeiçoamento dos controles de prazos do PAP.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Carência de pessoal

Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

TABELA LII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	237677	Constatação 3.1.3.1	3753/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Adotar procedimento único de supervisão de relatório de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP			38296
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A SPPS não entende como retrabalho nem duplicidade na supervisão dos relatórios de auditoria. Fundamenta-se esta atividade nos seguintes pontos: em um primeiro momento, o supervisor da auditoria direta apenas verifica os aspectos formais e legais da documentação enviada pelo Auditor Fiscal, visando sanear vícios que possam comprometer o andamento do processo e fazendo o retorno do feito ao autor para os devidos ajustes, quando necessário. Em um segundo momento, um analista, na própria SPPS, em atendimento à Portaria MPAS 064/2006, verifica o mérito da matéria e recebe a defesa dos interessados, garantindo-lhes o constitucional amplo direito de defesa. Desta forma, devido à natureza própria de cada atividade, não nos parece a primeira dispensável, sob pena de haver o comprometimento na qualidade de entrada dos processos. A primeira supervisão, embora possa parecer dispensável nos casos em que não haverá o oferecimento de impugnação por parte do ente federativo, tem o condão de sanar eventuais vícios de forma antes de se instaurar o PAP. Contudo, tem se buscado cada vez mais minimizar os prazos e trâmites processuais. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Carência de pessoal – assunto informado reiterada vezes à CGU			

16 - INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

Não ocorreu no período.

B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI Nº. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.

TABELA LIII - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – SPPS/MPS			330010
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativos ao exercício de 2011, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília/DF	Data	02/03/2012
Contador Responsável	Romeu Rodrigues da Silva	CRC nº	DF - 4042



DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério Previdência Social – SPPS/MPS			330010
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativos ao exercício de 2011, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília/DF	Data	02/03/2012
Contador Responsável	Romeu Rodrigues da Silva	CRC n°	DF - 4042


Romeu Rodrigues da Silva
Matrícula: 6093107
CCONT/CGOFC/SPOA/SEMPs
Coordenador de Contabilidade
CRC-DF 4042

C - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.

O Governo Federal ao longo do tempo vem desenvolvendo várias ações com a finalidade de apoiar a reestruturação tecnológica, a gestão administrativa, financeira, de investimentos e a capacitação dos servidores vinculados aos órgãos gestores de regimes próprios de previdência social de diversos entes federados, colaborando e criando condições propícias ao surgimento de condições técnicas indispensáveis à profissionalização do Setor.

Dentre essas ações incluem-se:

O Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência – PARSEP II, materializado mediante a celebração do Acordo de Empréstimo nº. 7428 – BR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD em 17 de julho de 2008, no montante de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares), sendo 50% (cinquenta por cento) custeado pela União e 50% (cinquenta por cento) de empréstimo contraído junto ao BIRD se encerrou em 09/12/2011, alcançando grande êxito.

Com a conclusão da realização dos recadastramentos nos diversos Poderes Estaduais, os resultados apontam para uma economia anual gerada para os Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e o Distrito Federal na ordem de R\$ 47.136.737,57 (quarenta e sete milhões, cento e trinta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos), em decorrência da exclusão de pagamentos indevidos, especialmente para aposentados e pensionistas, conforme detalhado adiante:

Rio Grande do Sul (exclusivamente pensionistas):	R\$ 2.784.006,03;
Distrito Federal:	R\$ 27.452.731,54;
Paraíba (ainda parcial, devendo ser aumentado):	R\$ 16.900.000,00

O PARSEP II foi estruturado com os seguintes componentes: a) Melhoria de Cadastros e de Tecnologia da Informação; b) Implementação e Melhoria da Base de Dados do MPS; c) Modelo Unificado de Administração; d) Fortalecimento da Gestão Previdenciária dos Estados Participantes; e, e) Fortalecimento do MPS.

O foco principal do PARSEP II foi direcionado para as atividades de recadastramento nos Ministérios Públicos, Tribunais de Contas, Assembléias Legislativas, Tribunais de Justiça, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, dos poderes executivos do Distrito Federal, da Paraíba e do Rio Grande do Sul, nesse último em relação somente aos pensionistas, totalizando 19 (dezenove) unidades da federação, distribuídos de acordo com as Tabelas adiante, onde constam os quantitativos previstos no Edital, os quantitativos atualizados após recebimento das bases iniciais, bem como o quantitativo de servidores efetivamente recadastrados (base final).

Foram recadastrados 325.884 (trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro) servidores, de um total de 358.104 (trezentos e cinquenta e oito, cento e quatro) previstos inicialmente, representando 91% (noventa e um por cento), detalhados na tabela adiante:

TABELA LIV – LOTE 1 – REGIÃO NORDESTE

UF	Órgão	Quantitativo de Recadastramentos Previstos no Edital	Quantitativo de Recadastramentos previstos, ajustados após recebimento da base inicial	Quantitativo de Recadastramentos efetivados
BA	Assembleia Legislativa	700	546	497
	Ministério Público	1.151	1.377	1.126
	Tribunal de Contas do Estado	944	918	593
	Tribunal de Justiça	14.261	11.260	10.786
	Subtotal	17.056	14.101	13.002
CE	Assembleia Legislativa	1.909	1.712	1.691
	Ministério Público	916	949	800
	Tribunal de Contas do Estado	223	240	240
	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado	347	362	340
	Subtotal	3.395	3.263	3.071
PB	Assembleia Legislativa	1.124	966	896
	Governo do Estado	85.170	84.253	77.783
	Tribunal de Contas do Estado	560	458	447
	Tribunal de Justiça	2.734	3.446	3.549
	Subtotal	89.588	89.123	82.675
PE	Assembleia Legislativa	Excluído		
	Ministério Público	Excluído		
	Tribunal de Contas do Estado	Excluído		
	Tribunal de Justiça	6.873	6.879	6.294
	Subtotal	6.873	6.879	6.294
RN	Tribunal de Contas do Estado	Excluído		
	Tribunal de Justiça	Excluído		
SE	Assembleia Legislativa	567	554	514*
	Ministério Público	246	447	411
	Tribunal de Contas do Estado	553	492	475
	Tribunal de Justiça	2.617	2.845	2.729
	Subtotal	3.983	4.338	4.129
TOTAL		120.895	117.704	109.171

Fonte: SPSS/MPS

* Não foram pagos os produtos 6, 7 e 8 do Poder, no entanto o MPS assim como o Poder indicado recebeu as bases de dados resultantes do recadastramento.

TABELA LV – LOTE 2 - REGIÕES NORTE E CENTRO OESTE

UF	Órgão	Quantitativo de Recadastramentos Previstos no Edital	Quantitativo de Recadastramentos previstos, ajustados após recebimento da base inicial	Quantitativo de Recadastramentos efetivados
AC	Assembleia Legislativa	509	441	417*
	Ministério Público	306	200	146
	Subtotal	815	641	563
AP	Assembleia Legislativa	150	140	139*
	Ministério Público	323	212	207*
	Tribunal de Justiça	778	925	914*
	Subtotal	1.251	1.277	1260
AM	Assembleia Legislativa	873	558	543
	Ministério Público	498	458	155*
	Tribunal de Contas do Estado	496	595	559

	Subtotal	1.867	1.611	1.257
DF	Câmara Legislativa	918	912	887
	Governo do Distrito Federal	131.022	131.497	125.542
	Polícia e Corpo de Bombeiros Militar	31.725	31.725	30.356
	Tribunal de Contas do DF	Excluído		
	Subtotal	163.665	164.134	156.785
GO	Tribunal de Contas do Estado	616	674	698
	Subtotal	616	674	698
MS	Assembléia Legislativa	722	682	743
	Ministério Público	596	619	604
	Tribunal de Contas do Estado	734	515	542
	Tribunal de Justiça	3.614	3.462	3.715
	Subtotal	5.666	5.278	5.604
RR	Ministério Público	145	187	184*
	Tribunal de Justiça	718	627	616*
	Subtotal	863	814	800
TO	Assembléia Legislativa	1.178	322	309
	Ministério Público	419	511	529
	Tribunal de Contas do Estado	471	418	406
	Subtotal	2.068	1.251	1.244
TOTAL		176.811	175.680	168.211

Fonte: SPPS/MPS

* Não foram pagos os produtos 6, 7 e 8 dos Poderes/Estados, no entanto o MPS assim como os Poderes indicados receberam as bases de dados resultantes do cadastramento.

TABELA LVI – LOTE 3 - REGIÕES SUL E SUDESTE

UF	Órgão	Quantitativo de Recadastramentos Previstos no Edital	Quantitativo de Recadastramentos previstos, ajustados após recebimento da base inicial	Quantitativo de Recadastramentos efetivados
ES	Assembléia Legislativa	620	391	332
	Ministério Público	469	721	575
	Tribunal de Contas do Estado	647	310	392
	Subtotal	1.736	1.422	1.299
RS	Assembléia Legislativa	1.491	979	528
	Governo do Estado	48.804	49.098	46.675
	Ministério Público	Excluído		
	Subtotal	50.295	50.077	47.203
SP	Assembléia Legislativa	Excluído		
	Ministério Público	Excluído		
	Tribunal de Contas do Estado	Excluído		
SC	Ministério Público	Excluído		
MG	Ministério Público	Excluído		
TOTAL		52.031	51.499	48.502

Fonte: SPPS/MPS

Os pagamentos dos Produtos, relacionados na Tabela LVII, referentes à Assistência Técnica relacionada ao cadastramento dos servidores ativos, inativos e de pensionistas, bem como de seus dependentes, oriundos dos diversos poderes estaduais, no âmbito do PARSEP II, foram concluídos em dezembro de 2011.

TABELA LVII – PRODUTOS E PERCENTUAIS DE PAGAMENTO – PARSEP II

PRODUTO	DESCRIÇÃO	PAGAMENTO
1	Planejamento	10%
2	Entrega Material Divulgação	10%
3	Execução da Divulgação	10%
4	Planejamento da Execução do Recadastramento	25%
5	Execução do Recadastramento	20%
6	Banco de Dados – SIPREV	10%
7	Base Documentos Digitalizados	10%
8	Relatório Final	5%

Ressalta-se que as restrições legais estabelecidas pela legislação eleitoral, especificamente no que se refere à distribuição de material de divulgação para a realização das atividades de recadastramentos contratados, impactaram de alguma forma na celeridade dos procedimentos, em face da postergação, pelas autoridades envolvidas no processo, para o seu início, considerando também as possíveis substituições de dirigentes que deveriam ocorrer nos diversos poderes da federação. Superado o período eleitoral o andamento dos procedimentos foi acelerado.

Ainda no tocante ao PARSEP II, especificamente na Ação 2274 em 2011 foram realizadas 03 (três) Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, sendo efetivados os pagamentos referentes à 36ª e 37ª Reuniões Ordinárias e 6ª Reunião Extraordinária, a empresa Q2 Eventos.

Todos os equipamentos adquiridos no âmbito do PARSEP II e destinados às unidades da federação (poderes executivos) que celebraram Acordos de Cooperação com o Ministério da Previdência Social, exceto os Estados do Paraná e de Rondônia que optaram por não fazê-lo, foram entregues para os órgãos gestores de regimes próprios estaduais.

Para a realização dos recadastramentos contratados foram empenhados no:

- Programa 0087 - Gestão de Política de Previdência Social – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – o montante de R\$ 5.988.356,86, e cancelado no final do exercício o valor de R\$ 1.183.560,94. O valor pago foi de R\$ 4.508.566,65.

- Programa 1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – a importância de R\$ 2.909.668,48, e cancelado no final do exercício o valor de R\$ 795.943,92. O valor pago foi de R\$ 2.113.724,56.

- Programa 1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal – Ação 2274 – o valor de R\$ 8.759.120,00, e cancelado no final do exercício o valor de R\$ 415.367,69. O valor pago foi de R\$ 7.235.106,97 (2010) e R\$ 1.301.405,62 (2011).

- O total dos empenhos atinge o montante de R\$ 17.657.145,34 (dezessete milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

- Foi realizado ainda, um Aditivo ao Contrato 002/2010 – Recadastramento, no Programa 0087 - Gestão de Política de Previdência Social – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – no montante de R\$ 1.750.000,00.

TABELA LVIII - DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS E/OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS E/OU COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DO PROPREV, PREVMUN E PARSEP II

Valores US\$

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total Atualizado em 31/12/2011 (US\$)	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida Nacional (Total em US\$)	Valor das transferências de recursos (US\$) *			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto (2011)	Realizado Total ***		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
BID 1346/OC-BR (PROPREV)	73,505,912.91	0	24,478,657.02	47,638,509.09	Juros	326,616.61	5,308,618.19		
					Comissão	0	561,838.15		
					Amortização	1,627,901.72	8,131,453.14		
BIRD 4673-BR (PREVMUN)	10,000,000.00	0	3,444,263.12	5,000,000.00	Juros	17,324.41	223,520.35		
					Comissão	0	56,544.61		
					Amortização	150,478.68	1,638,506.74		
BIRD 7428-BR (PARSEP II)	12,000,000.00	1,610,913.45	4,697,363.48	7,000,000.00	Juros	32,771.94	33,498.41		
					Comissão	0	0		
					Amortização	0	0		

Fontes: Sistema COFRE, Documentos de Ordens de Pagamento, Extranet BID e Sistema Client Connection.

* Apresentar individualmente por motivo.

** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

*** Os recursos acima informados tratam-se de valores já comprovados aos Bancos (BID e BIRD), onde o detalhamento de todo o planejamento e execução encontra-se discriminados nos respectivos Relatórios de Progressos emitidos pela Coordenação de Execução e Acompanhamento de Projetos Internacionais – COEPI/SOAD, semestralmente.

O Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV) – Segunda Fase, foi objeto de negociações em 2011 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e tem previsão de celebração do Acordo de Empréstimo com a República Federativa do Brasil para meados de 2012.

Os principais desafios do PROPREV II estariam em: (i) consolidação da Unidade Gestora Única nos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, com melhoria de sua gestão; (ii) ampliação do conhecimento sobre gestão previdenciária, em especial, gestão financeira para os servidores que atuam na área; e (iii) superação das dificuldades de equacionamento do déficit atuarial nos RPPS. Em outra etapa, se poderia tratar da implantação do Regime Complementar para os Servidores Públicos.